

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

**BOLSISTA:** ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

**LINHA DE PESQUISA:** PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA  
CONTEMPORÂNEA

**PERÍODO DA COLETA:** 01/02/2024 até 29/02/2024

**DATA DA NOTÍCIA:** 01/02/2024

Título: Lewandowski toma posse como ministro da Justiça nesta quinta: conheça os principais desafios e quem estará na equipe

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/01/lewandowski-toma-posse-como-ministro-da-justica-nesta-quinta-conheca-os-principais-desafios-e-quem-estara-na-equipe.ghtml>

O novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tomou posse nesta quinta-feira com uma série de questões pendentes da gestão de Flávio Dino. Entre elas, o enfrentamento dos problemas de segurança pública no Rio de Janeiro e na Bahia, a elaboração de um plano de recompra de armas de fogo, a obrigatoriedade de câmeras em fardas policiais e o combate ao garimpo ilegal.

A cerimônia oficial de posse será às 11h, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dino assumirá a cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 22.

Lewandowski, ministro aposentado do STF, convidou o procurador-geral de São Paulo Mário Sarrubbo para ocupar o cargo de secretário de Segurança Pública, área considerada prioritária pelo governo. Há mais de 30 anos no órgão, ele tem um histórico de atuação em políticas criminais e ocupa o mais alto cargo do Ministério Público do estado desde 2020. Em entrevista ao GLOBO, Sarrubbo sinalizou que defende um combate firme à criminalidade sem violar direitos humanos e a expansão de câmeras no uniforme das PMs.

O ministro escolheu Jean Uema para comandar a Secretaria Nacional de Justiça no lugar de Augusto Arruda Botelho (PSB), que comandava a pasta na gestão de Flávio Dino. Uema é chefe da Assessoria Especial do Ministério de Relações Institucionais, comandado por Alexandre Padilha.

Lewandowski também decidiu manter no MJ as mulheres que hoje ocupam secretarias na pasta: Sheila de Carvalho, Estela Aranha e Marta Machado. Sheila de Carvalho, que hoje integra o Comitê Nacional dos Refugiados, será promovida e vai comandar a Secretaria de Acesso à Justiça, atualmente chefiada por Marivaldo Pereira (PSOL). Carvalho é ligada ao Grupo Prerrogativas e uma das lideranças da Coalizão Negra por Direitos, organização que atua em favor de políticas públicas de inclusão.

O GLOBO apurou que Estela Aranha seguirá na chefia da Secretaria de Direitos Digitais e Marta Machado continuará à frente da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.

Para além das mulheres que se mantêm na pasta, o novo ministro também definiu André Garcia como titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). Pernambucano, Garcia é procurador do Estado, mestre em Direito e atualmente secretário de Justiça do Espírito Santo.

O advogado Manoel Carlos Almeida Neto será o número dois do ministério.

A segurança pública será a prioridade inicial do novo ministro. A área é uma das que têm pior avaliação no governo Lula. Segundo pesquisa Datafolha divulgada em dezembro, 50% da população considera como ruim e péssima a gestão do governo federal neste segmento, enquanto 29% a acham regular e 20%, ótima ou boa.

Também foi colocada como prioridade pelo governo a aprovação no Congresso de um projeto de lei que regulamenta as redes sociais.

As prioridades se somam a propostas pendentes, como um plano de recompra de armas de fogo que voltaram a ser o calibre restrito no governo Lula, o combate efetivo ao garimpo ilegal presente em terras indígenas e a obrigatoriedade de câmeras nos uniformes policiais — proposta defendida por Dino que deverá ser analisada por Lewandowski.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 02/02/2024**

Título: Milei vence primeira batalha legislativa e aprova texto base da Lei Ônibus na Câmara

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/milei-vence-primeira-batalha-legislativa-e-aprova-texto-base-da-lei-onibus-na-camara>

A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou nesta sexta-feira (02/02), com 144 votos a favor e 109 contra, o texto base da chamada Lei Ônibus, um dos projetos mais importantes do programa de governo do presidente ultraliberal Javier Milei.

O resultado é considerado uma grande vitória para o governo, que enfrentou uma greve geral massiva contra o projeto no dia 24 de janeiro e um debate na Câmara que teve início na última quarta-feira (31/01) e precisou de mais de 50 horas para se chegar à votação final.

A Lei Ônibus consiste em um pacote com centenas de medidas econômicas que busca reduzir drasticamente a participação do Estado na economia argentina e transformar direitos sociais atualmente garantidos pela constituição do país como responsabilidade estatal em serviços que devem ser supridos por entes privados.

O projeto original continha mais de 300 medidas que apontavam nesse sentido, mas as negociações com os setores de direita da oposição, visando alcançar os votos suficientes para a aprovação, fizeram com que o texto mais recente tenha pouco menos de 200 artigos.

A estratégia deu certo, já que alguns setores de direita que se apresentam como opositores ao governo de Milei – considerado de extrema direita –, terminaram votando a favor e foram decisivos para a aprovação.

No entanto, vale ressaltar que após a aprovação do texto base, a Câmara deveria avaliar em particular boa parte dos quase 200 artigos do projeto, procedimento que terá início a partir da próxima terça-feira (06/02).

Em rede social, o presidente Javier Milei comemorou a aprovação geral da Lei Ônibus na Câmara. Além disso, por meio de um comunicado da Presidência da República, o mandatário chegou a agradecer Cristian Ritondo, Miguel Ángel Pichetto e Rodrigo de Loredó, os três líderes da oposição que apoiaram o projeto.

Logo após o resultado, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, também usou as redes sociais para agradecer os parlamentares:

“A Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos é uma ferramenta para sair da decadência de décadas. Felicito todos os deputados que deram este passo em prol do bem-estar dos argentinos. Mais investimento, mais trabalho, mais liberdade”, escreveu a aliada do presidente.

O chefe da Defesa, Luis Petri, comemorou a aprovação e afirmou este ser “o primeiro passo de muitos no caminho histórico de transformação da nossa Nação”, acrescentando que a decisão de hoje “deixa para trás, de uma vez por todas, o passado que nos acorrenta e nos limita em nossa liberdade”:

Apesar de ser uma vitória significativa para o governo Milei, o ministro do Interior, Guillermo Francos, foi mais cauteloso ao dizer que não se trata de uma “meia-sanção” já que “falta o voto em particular”. No entanto considerou o resultado desta noite ser “um grande passo”.

Por outro lado, o presidente do União pela Pátria, Germán Martínez, afirmou que o debate “não esclareceu completamente as questões obscuras” e estranhou que “houve artigos que antes estavam fora e agora estão dentro”.

“O importante não é o que acontece na terça-feira, mas o que acontece entre hoje e terça-feira”, explicou Martínez à imprensa, acrescentando que o Congresso estava debatendo “sem saber exatamente qual era a proposta”.

Em rede social, o deputado criticou que as questões envolvendo produção, indústria, trabalho, exportação, mercado interno, ciência e tecnologia ficaram “absolutamente ausentes na lei geral”. Assegurou ainda que trabalhará para rechaçar o projeto de Milei, o qual caracterizou como um “plano de desintegração nacional, limitação do federalismo e ruptura da coexistência democrática”.

Minutos antes da votação geral, o governo de Javier Milei tentou influenciar os parlamentares ao emitir um aviso forçando a aprovação da lei debatida em questão.

A nota, compartilhada pelo próprio presidente em rede social, falava em “responsabilidade e celeridade na votação do megaprojeto” e também pressionava os deputados, em termos que denotavam tons de ameaça, afirmando que “a história os julgará de acordo com sua atuação a favor dos argentinos ou a favor de continuar a empobrecer o povo”.

O texto ainda tentava convencer de que o projeto deveria ser aprovado uma vez que “as sugestões foram acolhidas, as modificações foram feitas, o capítulo fiscal foi eliminado e chegamos a um projeto de consenso”.

Até a aprovação do projeto, a Argentina não passou apenas por três dias de intensos debates, mas também por uma série de protestos. Enquanto acontecia a sessão, o entorno do Congresso era, simultaneamente, um palco de confrontos diretos entre manifestantes e as forças de segurança nacionais.

Os policiais chegaram a reprimir os civis fazendo uso de balas de borracha e caminhões hidrantes, cumprindo o protocolo da “política de represália” anunciada semanas antes pela ministra de Segurança Nacional, Patricia Bullrich.

Como informava o canal argentino C5N, a Polícia Federal também entrou em campo e avançou sobre os cidadãos, jornalistas e grupos auto-organizados que estavam na Praça do Congresso, “empurrando, espancando e jogando gás lacrimogêneo”.

## **DATA DA NOTÍCIA: 04/02/2024**

Título: El Salvador vai às urnas para decidir se abandona modelo autoritário de Bukele

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/04/el-salvador-vai-as-urnas-para-decidir-se-abando-na-modelo-autoritario-de-bukele>

Mais de 6 milhões de salvadorenhos devem ir às urnas neste domingo (4) para participar das eleições presidenciais e legislativas que vão definir se o modelo autoritário adotado pelo atual presidente e candidato à reeleição, Nayib Bukele, seguirá por mais quatro anos ou se o Executivo será renovado. As alternativas, no entanto, não aparecem bem colocadas nas pesquisas e derrotar o atual mandatário nas urnas pode não ser tarefa fácil.

De acordo com estudo publicado no final de janeiro pelo Instituto Universitário de Opinião Pública (Iudop) da Universidade Centro-americana José Simeón Cañas (UCA), Bukele tem impressionantes 81,9% das intenções de voto e é amplo favorito. O segundo colocado é Manuel Flores Cornejo, conhecido como “Chino” Flores, do partido de esquerda Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Entretanto, o candidato aparece com apenas 4,2%, seguido do direitista José Humberto Sánchez, do partido Alianza Republicana Nacionalista (Arena), que tem 3,4% das intenções de voto.

A enorme vantagem apresentada por Bukele na pesquisa é uma mostra em números da troca de hegemonia política que ocorreu em El Salvador nos últimos anos, uma vez que a presidência do país esteve nas mãos da Arena por mandatos consecutivos entre 1994 e 2009, e da FMLN entre 2009 e 2019, quando assumiu o atual presidente.

Mas apesar do cenário desfavorável das pesquisas, a esquerda salvadorenha diz estar otimista em relação ao pleito deste domingo e chega à votação “com muita esperança”. É o que disse ao Brasil de Fato a deputada da FMLN Anabel Belloso, que vem percorrendo o país em busca de votos para a reeleição e afirma não acreditar que as pesquisas reflitam o que os eleitores pensam na realidade.

“Nas últimas eleições, muita gente infelizmente caiu em uma campanha carregada de mentiras e ódio, mas hoje não é mais assim, há reprovação ao partido de Bukele e isso cria uma oportunidade para recuperarmos nossa credibilidade e sermos uma alternativa”, disse.

Parlamentar por dois períodos consecutivos, Beloso assistiu de dentro do Parlamento a bancada da FMLN encolher de 31 para 23 deputados em 2018, e de 23 para apenas 4 em 2021, quando o partido de Bukele finalmente assumiu o controle do Legislativo e o presidente passou a governar praticamente sem oposição parlamentar. “Nós estamos ali porque é importante ocupar os espaços, mas nenhuma de nossas propostas é sequer debatida”, denuncia.

Esse contexto parlamentar é um exemplo do processo ampliado de deterioração institucional pelo qual El Salvador vem passando desde que o atual presidente chegou ao poder. Apresentado como um sendo de fora do sistema político, Bukele acusa FMLN e Arena de representarem uma “oligarquia política” que estaria ultrapassada e deve ser “combatida” por seu partido e seus apoiadores.

Para isso, o mandatário que já se classificou como um “ditador cool (gíria para legal, em tradução livre)” fez uso de medidas autoritárias, chegando a autorizar a invasão do Congresso pelas Forças Armadas em 2020 e a remoção de juizes da Suprema Corte em 2021.

Para as eleições, o clima segue o mesmo e partidos de esquerda denunciam uma atmosfera de intimidação por parte do governo. “É um cenário eleitoral que não víamos desde a ditadura militar, com um nível de repressão que vem aumentando nos últimos meses”, afirmou Beloso.

Um dos elementos que auxilia essa percepção de truculência e autoritarismo é a crescente militarização do país. O presidente possui um rígido plano de segurança para enfrentar os grupos do crime organizado e que, segundo dados do próprio governo salvadorenho, possui bons resultados, diminuindo a taxa de homicídios e os índices de violência.

O projeto de “guerra ao crime” foi facilitado pelo estado de exceção que o país vive desde 2022 e que, apesar de ser uma medida de caráter emergencial, vem sendo renovada constantemente. “É claro que um criminoso deve pagar na Justiça, mas para isso existem leis no nosso país, não podemos arriscar que pessoas inocentes sejam presas, há muitos inocentes nas cadeias”, afirma a deputada.

Crítica das decisões de Bukele, a parlamentar diz que a FMLN busca uma resposta firme contra a criminalidade no país, mas que devem se respeitar os direitos humanos e as instituições que permitam transparência e auditorias internas. “Nós não podemos aceitar que, ao invés de estabelecer uma verdadeira política de segurança, os inocentes e a população pague”, afirma.

Não é só no âmbito partidário que as medidas autoritárias do governo são sentidas. Os movimentos populares salvadorenhos também denunciam uma piora nas condições de vida dos trabalhadores e um aumento nas prisões e perseguições de ativistas e militantes.

Ao Brasil de Fato, Marisela Ramírez, do Bloco de Resistência e Rebeldia Popular afirma que desde que foram assinados os acordos de paz entre Estado e a então guerrilha FMLN em 1992 “não havia preso político no país, até agora”.

“Então há um marco democrático que foi sendo reduzido pouco a pouco, enquanto o poder foi se concentrando neste personagem [Bukele], apoiado pelos setores mais ricos de El Salvador, um clã empresarial vinculado com a oligarquia tradicional que, além disso, tem respaldo do imperialismo norte-americano”, disse.

A militante ainda afirma que os movimentos estão construindo uma campanha “muito forte para as eleições para que representantes de outros países possam ver a série de violações

de direitos humanos, desapareções feitas pelos militares e pela polícia, tortura nas prisões, perseguição política etc que se está cometendo”.

“Se escuta muito pouco sobre isso, as perseguições, os retrocessos sociais, as mulheres de pessoas na pobreza extrema, os milhares de migrantes. Esses são indicadores que mostram que não há condições de vida dignas para a população”, afirma.

## **DATA DA NOTÍCIA: 05/02/2024**

Título: Saiba os temas que devem ser votados pelo Congresso em 2024

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/saiba-os-temas-que-devem-ser-votados-pelo-congresso-em-2024>

Em sessão solene marcada para esta segunda-feira (5), o Legislativo abre oficialmente as atividades de 2024. Na cerimônia, marcada para começar às 15h, estão previstas as leituras das mensagens dos Poderes Executivo e Judiciário enviadas ao Congresso Nacional. A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve detalhar as prioridades do governo no parlamento.

Entre os projetos que devem ser discutidos neste ano no Congresso Nacional destacam-se as medidas de regulamentação da reforma tributária aprovada no ano passado. Isso porque a Emenda Constitucional 132, que instituiu a reforma tributária, ainda precisa de regulamentação via leis complementares para as principais mudanças começarem a valer.

Os projetos devem ser enviados pelo Executivo e vão tratar sobre a forma de cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); o funcionamento do comitê gestor dos recursos do IBS; a compensação de eventuais perdas de receita para estados, Distrito Federal e municípios; e sobre os regimes diferenciados e reembolsos de créditos previstos na reforma.

Outros temas que devem ocupar os deputados federais e senadores neste início de ano são a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, instituída pela Medida Provisória (MP) 1.202, e os vetos presidenciais ao orçamento, que cortaram R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares.

Também devem entrar na pauta de votações neste ano no Congresso Nacional a reforma do Código Civil, a regulação da Inteligência Artificial (IA), a chamada minirreforma eleitoral e medidas para a transição ecológica, como o projeto para o mercado regulado de carbono e a regulação do mercado do hidrogênio verde.

A reforma tributária sobre a renda prometida pelo governo também pode ser discutida neste ano. Além disso, a Câmara e o Senado devem analisar 20 Medidas Provisórias (MP) já editadas pelo Executivo.

Por ser um ano eleitoral, existe também a expectativa de que temas importantes se concentrem no primeiro semestre do ano, já que o segundo semestre será marcado pelas eleições de prefeitos e vereadores, o que costuma reduzir o nível de votações na Câmara e no Senado.

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que vai priorizar neste ano a alteração do Código Civil. No ano passado, o Senado instalou uma comissão de juristas para sugerir mudanças na legislação em vigor. A expectativa é que o anteprojeto seja entregue aos parlamentares em abril.

Outro tema prioritário para Pacheco e para o governo é a regulação do uso da inteligência artificial. A medida aguarda relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO) na Comissão na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA). Na semana passada, a União Europeia deu aval às primeiras regras do mundo para inteligência artificial.

Outro tema que tem ganhado a atenção do governo federal e de parlamentares e pode ser aprovado neste ano é o projeto de lei 2630, chamado de "PL das Fakes News", que prevê regular as redes sociais para combater a desinformação. Um texto sobre o tema chegou a tramitar no ano passado, mas teve a votação suspensa após pressão das empresas de tecnologia.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 05/02/2024**

Título: Em meio a denúncias da oposição, Bukele diz que venceu eleições em El Salvador

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/05/em-meio-a-denuncias-da-oposicao-bukele-diz-que-ue-venceu-eleicoes-em-el-salvador>

A apuração oficial dos resultados eleitorais em El Salvador não havia começado quando o atual presidente, Nayib Bukele, se proclamou vencedor do pleito presidencial realizado neste domingo (04), afirmando ter obtido mais de 85% dos votos.

Os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) salvadorenho superaram os 70% dos votos apurados por volta das 11h, horário de Brasília desta segunda-feira (05) e mostram o atual mandatário vencedor, com mais de 1,6 milhão de votos. No entanto, Bukele já havia celebrado sua vitória na noite anterior, após um processo eleitoral caracterizado pela baixa participação, denúncias de irregularidades e abuso de poder por parte do partido governista.

Segundo os resultados do TSE, o candidato de esquerda da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), Manuel "Chino" Flores, e da Aliança Republicana Nacionalista (Arena), Joel Sánchez, alcançaram 139 mil e 122 mil votos, respectivamente.

Ao longo do dia das eleições, os partidos da oposição em El Salvador denunciaram uma série de irregularidades cometidas pelo partido do presidente, o Nuevas Ideas. Antes do início do processo eleitoral, o candidato da FMLN disse que Bukele cometia "abuso de poder" e que se utilizou das instituições para levar vantagem na eleição.

"Disputamos uma eleição na qual um Estado estava a favor de um partido, suas instituições estavam trabalhando a favor de um partido", disse Flores. O líder da oposição salvadorenha ainda alegou que foram praticados atos de coerção e ameaças de demissão contra funcionários públicos que não votaram no presidente.

Nesta segunda-feira, a organização de pesquisa e defesa dos direitos humanos com sede em Washington para Assuntos Latino-americanos (WOLA), disse estar "preocupada" pela situação da apuração eleitoral em El Salvador e pediu transparência ao TSE.

O partido opositor de direita Arena também alegou irregularidades na votação, afirmando que o candidato à reeleição presidencial violou repetidas vezes o silêncio eleitoral em um "sistema que o favorece e protege". A legenda acusou o TSE de "cumplicidade" e disse que funcionários devidamente treinados foram substituídos por outros que não possuem a devida formação e credenciais exigidas.

Um outro incidente foi apontado pela oposição: o escritor salvadorenho-canadense Carlos Bucio Borja foi detido por agentes policiais quando lia em voz alta os artigos da Constituição da República que proíbem a reeleição presidencial. Ele foi preso no centro de votação Concha Viuda de Escalón, no bairro de mesmo nome.

O escritor e poeta foi rodeado por agentes da polícia que exigiram a sua saída do centro eleitoral. "Estão violando o artigo 6º [da Constituição]!", gritou o cidadão, enquanto estava sendo detido.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 06/06/2024**

Título: Pesquisa mostra melhora na aprovação de Lula e na avaliação geral do governo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/06/pesquisa-mostra-melhora-na-aprovacao-de-lula-e-na-avaliacao-geral-do-governo>

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a avaliação do governo chefiado por ele melhoraram entre novembro e janeiro, segundo levantamento publicado nesta terça-feira (6) pelo instituto Atlas Intel, que ouviu mais de 7.400 pessoas entre os últimos dias 28 e 31.

Segundo o instituto, 52% da população aprovam o presidente, contra 43% que desaprovam. No levantamento de novembro, esses índices eram de 50% e 47%, respectivamente. Ou seja, a diferença entre aprovação e desaprovação subiu de três para nove pontos percentuais. A margem de erro é sempre de um ponto percentual, para mais ou para menos.

Na mesma linha, a diferença entre a avaliação positiva e negativa do governo de uma forma geral também evoluiu de forma favorável. Em janeiro, 42% avaliaram o governo como "ótimo" ou "bom", enquanto os que avaliam como "ruim" ou "péssimo" eram 39%.

Agora, a tendência se inverteu, já que na pesquisa de janeiro a desaprovação do governo era numericamente superior à aprovação (45% a 43%).

O levantamento foi buscar ainda a percepção da população sobre as "imagens" de uma lista de figuras do cenário político. Lula teve o percentual de aprovação mais alto (51%), embora 45% dos entrevistados tenham dito que pensam negativamente sobre a imagem do presidente. Simone Tebet (47% de avaliação de imagem positiva e 43% negativa) e Tarcísio de Freitas (43% positiva e 34% negativa) foram os dois únicos com um saldo favorável nesse levantamento.

Por outro lado, personagens como o ex-presidente Jair Bolsonaro (43% de imagem positiva; 51% negativa); o ex-juiz, ex-ministro e hoje senador Sérgio Moro (22% positiva e 65% negativa) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (15% positiva e 62% negativa) tiveram saldo de imagem negativo.

Quando perguntados sobre qual o partido político de preferência, os entrevistados tiveram respostas pulverizadas. As únicas legendas com quantidade relevante de apoiadores declarados foram o PT, partido de Lula, com 29%; e o PL, de Bolsonaro, com 18%. Entretanto, ambos ainda ficaram abaixo dos 39% da resposta "nenhum".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 06/06/2024**

Título: Comissão do Senado pode votar nesta terça (6) PL da bancada da bala que acaba com saída temporária de presos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/06/comissao-do-senado-pode-votar-nesta-terca-5-p-l-da-bancada-da-bala-que-acaba-com-saida-temporaria-de-presos>

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado pode votar, nesta terça-feira (5), uma proposta que acaba com a saída temporária de detentos dos presídios. De autoria do deputado federal Pedro Paulo (MDB-RJ) e já aprovado pela Câmara, o projeto de lei (PL) 2253 é de interesse da bancada da bala e conta com relatório favorável do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A medida é criticada por entidades civis do campo progressista, para as quais a eventual aprovação do texto representaria um retrocesso na política de ressocialização de presos no Brasil.

Prevista na Lei de Execução Penal, a saída é vista como uma política humanizada porque permite aos detentos a possibilidade de conservar laços familiares, bem como estudar ou trabalhar, favorecendo a ressocialização gradual do condenado. "Isso são conquistas já de anos e fruto de melhorias no olhar desse sistema penal", assinala a presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Rivana Ricarte, entidade crítica ao PL.

A Rede de Justiça Criminal, organização que atua pela garantia dos direitos humanos no âmbito do sistema de Justiça, pontua que as saídas não são dirigidas ao conjunto da população carcerária, sendo restritas a detentos que apresentem bom comportamento. Além disso, não valem para condenados em alguns tipos penais, como é o caso de homicidas. O chamado "Pacote Anticrime", oficializado por meio da lei nº 13.964/2019, implementou uma outra proibição, a de que a política não deve valer para condenados por crimes hediondos.

"E o benefício da saída temporária é concedido para os presos que estão no regime semiaberto, ou seja, é quando o preso já ingressou no sistema prisional, teve sentença, progrediu de regime após uma avaliação de critérios objetivos e subjetivos e ele está no regime semiaberto, então, ele sai da unidade prisional para trabalhar e retorna, em geral", acrescenta o advogado Leonardo Santana, da Rede.

Em seu relatório de defesa do PL, Flávio Bolsonaro afirma que a proposta seria "conveniente e oportuna". "A revogação do benefício da saída temporária, da mesma forma,

é medida necessária e que certamente contribuirá para reduzir a criminalidade. São recorrentes os casos de presos detidos por cometerem infrações penais durante as saídas temporárias", argumenta o parlamentar. A Rede de Justiça Criminal questiona a afirmativa.

"Os dados que se tem sobre saída temporária comprovam que há uma taxa de retorno alta e os crimes que ocorrem na saída temporária são numericamente muito inferiores ao êxito da medida. Esses casos chocam a população e alguns senadores os utilizam como argumento para tentar sustar uma política a partir das exceções, mas, quando você veda a saída temporária e reduz a quase zero as chances de ressocialização, você, na verdade, aumenta os índices de violência", afirma Leonardo Santana.

A entidade cita ainda dados do Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2019, segundo os quais a taxa de fugas no sistema prisional do Brasil foi de 0,99% no período. O índice abarca não só aquelas ocorridas durante saídas temporárias, mas também as que foram registradas durante transferências ou em outras ocasiões. Naquele ano, a medida da saída temporária foi concedida a 20,17% da população carcerária, o correspondente a 161.271 pessoas.

"Sempre vai acontecer de pegarem um caso isolado e usarem como se fosse a regra, mas não estamos fazendo aqui uma discussão pautada só no que se gosta de dizer midiaticamente. Isso de falar que as saídas temporárias favorecem as fugas é algo que estigmatiza as outras situações, ou seja, as que são bem-sucedidas", argumenta Rivana Ricarte.

O PL também fixa a obrigatoriedade de realização de exame criminológico para a progressão de regime. A prática consiste em uma análise feita por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais para avaliar se um preso está apto a progredir. "No caso específico do ingresso no regime aberto, além das atuais condições, [o PL] estabelece que o condenado deve apresentar fundados indícios de que irá ajustar-se ao novo regime com baixa periculosidade, o que será demonstrado pelos resultados do exame criminológico", argumenta o senador em seu parecer de defesa do projeto.

Para a Rede de Justiça Criminal, a aprovação dessa regra agravaria o contexto de superlotação dos presídios. A entidade ressalta ainda que não há meios que assegurem a constatação sobre se um condenado voltará a entrar em conflito com a lei. "A gente se ampara na experiência das pessoas que lidam com o sistema carcerário e principalmente no que aponta o Conselho Federal de Psicologia, que afirma ser impossível garantir se uma pessoa vai ou não voltar a delinquir através de um exame. Esse instrumento não faz sentido. Apesar disso, essa medida é sempre ressuscitada nesse tipo de debate", diz Santana.

O advogado acrescenta que o sistema prisional não conseguiria garantir a operação necessária à realização de um exame dessa natureza. "As unidades muitas vezes não têm sequer o profissional para fazer. O único objetivo de se retornar a esse debate é impedir a própria progressão de regime. Isso causaria uma explosão no sistema carcerário, e a explosão no sistema carcerário gera maior controle das organizações criminosas sobre o sistema. É isso que acontece."

## DATA DA NOTÍCIA: 06/02/2024

Título: Possível confirmação da reeleição de Bukele em El Salvador preocupa organizações internacionais

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/06/possivel-confirmacao-da-reeleicao-de-bukele-e-m-el-salvador-preocupa-organizacoes-internacionais>

Após o presidente Nayib Bukele se autodeclarar reeleito mesmo antes dos resultados oficiais das eleições em El Salvador que aconteceram no último domingo (4), a Justiça Eleitoral do país interrompeu a contagem de votos. Pelo resultado preliminar do Tribunal Superior Eleitoral, com 70,25% dos votos processados, Bukele havia recebido mais de 1,6 milhão de votos, mais de seis vezes a somatória dos votos nos adversários em segundo e terceiro lugar.

O TSE de El Salvador não conseguiu concluir a apuração por causa de erros na transmissão dos dados e retomou a contagem nesta terça-feira (6), com os relatórios das seções que faltaram. No caso do Legislativo, a presidente da Corte, Dora Esmeralda Martínez, comunicou que todos os pacotes eleitorais seriam abertos para contabilização de "cédula a cédula".

A possível reeleição de Nayib Bukele preocupa organizações internacionais, que criticam o regime de estado de exceção decretado pelo presidente em março de 2022 e prorrogado desde então. O editor de Internacional do Brasil de Fato, Lucas Estanislau, explicou o cenário em El Salvador, na Central do Brasil.

"A aprovação do estado de exceção em 2022 vem sendo constantemente renovada. Ela foi uma medida que era pra durar apenas um mês. Na prática, [a medida] permite que a polícia faça prisões sem ordem judicial, o que acabou gerando um encarceramento em massa. Desde que foi aprovado esse estado de exceção, mais de 70 mil pessoas já foram presas e muitas delas, segundo movimentos populares e organizações de direitos humanos, são inocentes", informa Estanislau.

Isso aumenta a preocupação com outras medidas extremas que podem ser aplicadas por Bukele em El Salvador. Mas não só: ações parecidas podem ser colocadas em prática na América Latina, segundo o editor, que conversou com a advogada salvadorenha Ruth Alfaro, especialista em direito eleitoral. Estanislau resume o perfil do presidente populista de direita.

"O presidente Bukele quando assume em 2019 se apresenta como um 'outsider' da política, uma figura que não é do campo hegemônico ali dos maiores partidos e já promete mão dura para reformar e reformular o país, de acordo com sua visão política. Em 2020, ele ordenou uma invasão ao Congresso de El Salvador pelas Forças Armadas. É um elemento que assustou e chocou bastante não só a política salvadorenha, mas todos aqui na América Latina. E no ano seguinte, passou no Congresso já dominado pelo seu partido a possibilidade de intervir na Suprema Corte. Então, hoje a Corte máxima do sistema judiciário do país é praticamente composta por pessoas indicadas pelo Legislativo, que é dominado pelo partido do presidente", detalha.

"Ele assume essa narrativa autoritária, se classifica como um ditador cool [palavra em inglês que significa legal e descolado]. Então, há um temor na política salvadorenha tanto pelos partidos de oposição quanto por parte de organizações de direitos humanos de que haverá

uma escalada na postura autoritária nesse modelo hegemônico ali do Executivo perante os outros poderes da República Salvadorenha", conclui.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 06/02/2024**

Título: El Salvador: TSE admite falhas na apuração após oposição apontar irregularidades nas eleições

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/06/el-salvador-tse-admite-falhas-na-apuracao-apos-oposicao-apontar-irregularidades-nas-eleicoes>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de El Salvador anunciou nesta terça-feira (6) que houve falhas na apuração dos votos das eleições presidenciais e legislativas realizadas no último domingo (4).

Ainda na noite de segunda, após anunciar o resultado do pleito, o TSE anunciou que abrirá 29% de urnas da eleição presidencial e 100% da eleição legislativa. "Apesar de todos os esforços institucionais, não foi possível concluir da forma esperada" afirmou a presidenta do TSE, Dora Martínez de Barahona, em relação à transmissão da ata de encerramento e análise dos votos.

Segundo a presidenta do TSE, o sistema processou cerca de 70% dos votos da eleição presidencial e pouco mais de 5% da eleição legislativa. Nesta terça-feira (7), o colegiado se reuniu com representantes dos partidos políticos. Segundo o órgão eleitoral, a apuração dos votos será feita com o acompanhamento do Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral da República, da Junta de Vigilância Eleitoral, além de observadores, partidos políticos e suporte técnico do TSE.

Na noite de domingo, Bukele se proclamou vencedor do pleito e afirmou ter obtido mais de 85% dos votos sem que a apuração oficial dos resultados tivesse iniciado. Os resultados divulgados de forma oficial pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do país superaram os 70% dos votos apurados por volta das 11h, horário de Brasília, de segunda-feira (5) e mostram a vitória de Bukele, com mais de 1,6 milhão de votos.

O candidato de esquerda da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), Manuel "Chino" Flores, e da Aliança Republicana Nacionalista (Arena), Joel Sánchez, alcançaram 139 mil e 122 mil votos, respectivamente.

Ena Hernandez, ex-diplomata salvadorenha do partido de esquerda Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), aponta falhas ao longo de todo o processo e acusa o partido governista Novas Ideias de fraudar as eleições. "Agora o tribunal decidiu abrir os centros de votação, caixa por caixa, para contar as cédulas. Mas que garantia nós temos que essas cédulas já não foram trocadas? Se não há um correlativo, não há nenhuma garantia nesse processo", disse ao Brasil de Fato.

O correlativo a que ela se refere é um número correspondente ao número de ordem das células impressas de forma sequencial. Uma cópia com os últimos três dígitos do correlativo é entregue ao eleitor e outra é recolhida pelo secretário da Junta Receptora de Votos (JRV) em cada local de votação, que fica responsável por colocá-los em um depósito especialmente destinado para isso.

"Quando começa a abertura da JRV, verifica-se que as cédulas não foram consecutivas, em algumas houve mais cédulas e todos os blocos não eram números consecutivos, eram números quaisquer, ali estava instalada a fraude", diz Hernandez.

Ela atuou no início da campanha da FMLN e afirma que a reeleição de Bukele estava no horizonte, mas havia elementos de que a oposição ganharia algumas cadeiras no Parlamento.

"Nas pesquisas internas do oficialismo, sabiam que Bukele ganhava a presidência mas perdia deputados. No território, era o que se percebia. Ante isso, houve uma fraude preparada. Nós sabíamos que a situação não ia ser fácil, mas prepararam uma fraude com a cumplicidade do Tribunal Superior Eleitoral", afirma a ex-diplomata da FMLN.

Ela relata que militantes do partido governista entraram nos centros de votação de Cojutepeque, credenciados pelo TSE e acompanhados pela polícia local para levar as atas de votação. "Não temos atas, não temos cédulas, não temos nada. Ontem na capital San Salvador não havia nenhum pacote eleitoral [caixas com atas, cédulas e correlativos] É uma fraude totalmente instalada, são as eleições mais fraudulentas".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 06/02/2024**

Título: Haiti: manifestantes atacam sede do governo e exigem renúncia do premiê Ariel Henry

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/haiti-manifestantes-atacam-sede-do-governo-e-exigem-renuncia-do-premie-ariel-henry>

O Haiti registrou nesta segunda-feira (05/02) a quinta jornada consecutiva de protestos, em diferentes cidades do país, que exigem a renúncia do primeiro-ministro Ariel Henry.

Os atos desta segunda incluíram bloqueio de estradas, ocupação de escolas e edifícios governamentais, não apenas na capital Porto Príncipe como também em Jacmel, Les Cayes, Pétienville, Hinche, Delmas, Carrefour e Cabo Haitiano.

Segundo a imprensa haitiana, um dos locais atacados pelos manifestantes foi o palácio onde se encontra o escritório de Henry.

A polícia evacuou o edifício quando a invasão era iminente, retirando os funcionários governamentais. O primeiro-ministro já não estava no local quando os incidentes se iniciaram.

O Haiti sofre com uma sucessão de crises sociais, econômicas e políticas desde o início deste século. A mais recente foi desencadeada pela morte de Jovenel Moïse, assassinado em julho de 2021 em um atentado realizado por militares mercenários de origem colombiana e norte-americana – as investigações ainda não determinaram quem seria o contratante do serviço.

Com a morte de Moïse, o governo do Haiti passou a ser exercido por um Conselho de Ministros. Porém, esse órgão deveria ser liderado pelo primeiro-ministro, segundo o sistema

parlamentarista haitiano. O ocupante desse cargo na época era Claude Joseph, do partido de centro-direita Compromisso com o Desenvolvimento.

Porém, Henry entrou em cena como líder do partido opositor Unidade Popular (centro social-democrata), assumiu o cargo de primeiro-ministro e também o Ministério do Interior – na prática, passou a ser também o presidente, já que esta continua até hoje sendo exercida pelo Conselho de Ministros, que tem como suas duas principais autoridades o primeiro-ministro e o ministro do Interior, ambos cargos acumulados por ele.

Sua manobra política se baseou na promessa de que seu governo seria interino e convocaria eleições para estabelecer um novo governo. O Conselho de Ministros segue exercendo a Presidência até hoje. O governo de Henry assegura que o pleito será realizado em 2024, mas até hoje não foi oficializada uma data exata.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 07/02/2024**

Título: Em derrota para Milei, pacote ultraliberal volta à estaca zero no Congresso da Argentina

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/em-derrota-para-milei-pacote-ultraliberal-volta-a-estaca-zero-no-congresso-da-argentina>

No dia em que chegou a Israel para apoiar os ataques do governo de Benjamin Netanyahu contra a população palestina, o presidente argentino Javier Milei sofreu a primeira derrota parlamentar de seu mandato. Na noite desta terça-feira (6), a chamada Lei Ônibus, pacote ultraliberal que é o principal projeto do governo, voltou à estaca zero em sua tramitação, sem prazo para ser novamente apreciada pelos deputados argentinos.

Com a derrota, Milei já marca seu nome na história: é a primeira vez que um texto já aprovado em plenário na Câmara dos Deputados volta à instância anterior. O pacote, com mais de 300 medidas de recorte neoliberal que Milei busca implementar desde dezembro do ano anterior, teve seu texto base aprovado na última sexta-feira (2) e foi para votação nesta terça-feira (6).

Também não há registro na história argentina de que o primeiro projeto de lei de uma gestão tenha sido derrubado pelo próprio partido governista. O pedido para que o projeto retrocedesse ao estágio inicial foi feito pelo deputado Oscar Zago, líder do governo na Câmara dos Deputados, após acompanhar os principais artigos da Lei Ônibus serem derrubados na votação, em particular aqueles que tratam da reforma do Estado.

Antes que os tópicos que tratam das privatizações no país sofressem o mesmo destino, Zago se antecipou e pediu o retorno da Lei Ônibus ao estágio de comissões, que representa a estaca zero da tramitação. “Há compromissos que não foram cumpridos”, disse o parlamentar do partido governista Liberdade Avança.

Em Israel desde terça-feira, Milei sentiu o golpe e partiu para o ataque contra os parlamentares que votaram contra o projeto, os quais ele classificou como “delinquentes”. “A casta política, como nós chamamos esse conjunto de delinquentes que querem uma Argentina pior e que não estão dispostos a ceder seus privilégios, começaram a

desmantelar nossa lei de Bases e Pontos de Partida”, disse em coletiva de imprensa em Israel, após se reunir com Netanyahu.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 07/02/2024**

Título: Senado discute PEC que aumenta tempo para militares se candidatarem a cargos sem perda de salário

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/senado-discute-pec-que-aumenta-tempo-para-militares-se-candidatarem-a-cargos-sem-perda-de-salario>

O plenário do Senado pode votar já nesta quarta-feira (7) uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumenta o tempo necessário de serviço para que militares da Marinha, Exército e Aeronáutica possam se candidatar a cargos públicos sem perder as remunerações. O tema esteve em debate na terça-feira (6) está na pauta da sessão prevista para começar às 14h.

A PEC 42/2023, que foi apresentada pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), propõe um tempo mínimo de serviço de 35 anos para que os militares concorram nas eleições sem perda de salário. Ou seja: aqueles que tiverem menos tempo de caserna passarão automaticamente para a reserva não remunerada ao registrarem a candidatura.

Hoje, se tiver um mínimo de dez anos de serviço, o militar que se lança candidato passa temporariamente para uma situação de inatividade, mas recebendo remuneração, e pode retornar à ativa se não for eleito. Caso eleito e diplomado, passa para a reserva e segue sendo pago.

Segundo o texto, a proposta pretende garantir a neutralidade política das Forças Armadas. Mesmo se a PEC for aprovada, as novas normas só serão válidas para os integrantes das Forças. Policiais e bombeiros militares, vinculados ao poder público estadual, seguirão com as normas atuais.

O texto da proposta foi aprovado em novembro pela Comissão de Comissão e Justiça (CCJ) do Senado. Na ocasião, o relator da proposta, senador Jorge Kajuru (PSB-GO), afirmou que a PEC se fundamenta na necessidade de os militares desempenharem "com total confiabilidade" seus papéis na defesa da pátria.

"Para os [militares] que ainda não tenham 35 anos de caserna, embora a decisão de se candidatar acarrete a transferência para a reserva não remunerada, caso sejam eleitos, terão outra fonte de remuneração durante o mandato e, caso não sejam, não perderão a patente, se forem oficiais", lembrou Kajuru.

Na terça (6), primeiro dia de debates no plenário do Senado, a oposição bolsonarista se posicionou contra o projeto. Para o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que foi vice-presidente durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL), o projeto quer colocar os militares como "cidadãos de segunda categoria". Entretanto, se disse contra a politização das Forças Armadas.

"É óbvio que contaminar o quartel com a questão política é ruim, pois quando a política entra pela porta da frente, a disciplina sai pela porta dos fundos", reconheceu, dizendo, ainda, que o número de candidatos militares nas últimas eleições foi "ínfimo".

Para que uma PEC seja aprovada pelo Senado são necessários dois turnos de discussão e votação, com apoio de pelo menos três quintos dos senadores (49 do total de 81) em cada turno. Se aprovado, o texto vai para a Câmara dos Deputados.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 08/02/2024**

Título: PF mira Jair Bolsonaro e aliados em operação que também tem Braga Netto, Heleno, Anderson Torres e Valdemar como alvos

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/08/pf-mira-aliados-do-ex-presidente-jair-bolsonaro-em-operacao-que-tem-braga-netto-heleno-e-anderson-torres-como-alvos.ghtml>

A Polícia Federal realizou nesta quinta-feira uma operação para apurar organização criminosa que atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, para obter vantagem de natureza política com a manutenção de Jair Bolsonaro (PL) no poder. Entre os alvos de mandados de medidas restritivas está o próprio ex-presidente. Ele está proibido de deixar o país, deve entregar o passaporte no prazo de 24 horas, e está proibido de se comunicar com demais investigados, nem por meio de advogados.

Entre os alvos de busca e apreensão estão aliados muito próximos do ex-presidente, como Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, Anderson Torres, Valdemar Costa Neto, Almir Garnier e Tercio Arnaud.

Já entre os quatro alvos dos mandados de prisão estão: Rafael Martins de Oliveira (major das Forças Especiais do Exército); Filipe Martins (ex-assessor especial de Bolsonaro); Bernardo Romão Corrêa Netto (coronel do exército); Marcelo Camara (coronel do Exército).

Advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, anunciou pela rede social X (antigo Twitter) que o ex-presidente entregará o passaporte, e determinou que seu auxiliar direto, Tércio Arnaud, que estava com ele em Mambucaba, retorne para Brasília. A medida é para atender a ordem de Bolsonaro de não manter contato com os demais investigados.

A delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente, cita três pessoas que foram alvos PF nesta quinta-feira: além do próprio Bolsonaro, Braga Netto e Filipe Martins.

De acordo com a PF, no total estão sendo cumpridos 33 mandados de busca e apreensão, quatro mandados de prisão preventiva e 48 medidas cautelares diversas da prisão, que incluem a proibição de manter contato com os demais investigados, proibição de se ausentarem do país, com entrega dos passaportes no prazo de 24 horas e suspensão do exercício de funções públicas.

Os mandados, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), estão sendo cumpridos nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Goiás e no Distrito Federal.

Nesta fase, as apurações apontam que o grupo investigado se dividiu em núcleos de atuação para disseminar a ocorrência de fraude nas Eleições Presidenciais de 2022, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e legitimar uma intervenção militar, em dinâmica de milícia digital.

O primeiro eixo consistiu na construção e propagação da versão de fraude nas Eleições de 2022, por meio da disseminação falaciosa de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação, discurso reiterado pelos investigados desde 2019 e que persistiu mesmo após os resultados do segundo turno do pleito em 2022.

O segundo eixo de atuação consistiu na prática de atos para subsidiar a abolição do Estado Democrático de Direito, através de um golpe de Estado, com apoio de militares com conhecimentos e táticas de forças especiais no ambiente politicamente sensível.

O Exército Brasileiro acompanha o cumprimento de alguns mandados, em apoio à Polícia Federal.

"Os fatos investigados configuram, em tese, os crimes de organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado", informou a PF, em nota.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 08/02/2024**

Título: Valdemar Costa Neto é preso por posse ilegal de arma

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/valdemar-costa-neto-e-preso-por-posse-ilegal-de-arma>

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, foi preso nesta quinta-feira (8), em Brasília, por posse ilegal de arma. A prisão ocorreu durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Tempus Veritatis.

A princípio, Costa Neto seria apenas alvo de mandados de busca e apreensão. No entanto, durante as ações, foi encontrada uma arma com documentação irregular em um endereço relacionado ao político, o que justificou sua prisão.

A Agência Brasil entrou em contato com o escritório de advocacia responsável por sua defesa, mas, até o fechamento da matéria, não obteve retorno.

A Operação Tempus Veritatis investiga uma organização criminosa que teria atuado na tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023.

Ela cumpre, ao todo, 33 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão preventiva, além de 48 medidas cautelares que incluem a proibição de manter contato com outros investigados; a proibição de se ausentar do país, com entrega dos passaportes no prazo de 24 horas; e a suspensão do exercício de funções públicas.

O ex-presidente Jair Bolsonaro é um dos alvos da operação. Entre os investigados estão o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o ex-ministro da Casa Civil general Walter Souza Braga Netto e o ex-ministro da Defesa general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira.

**DATA DA NOTÍCIA: 08/02/2024**

Título: Operação da PF investiga tentativa de golpe de Estado

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/operacao-da-pf-investiga-tentativa-de-golpe-de-estado>

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (8) a Operação Tempus Veritatis. O objetivo é investigar uma organização criminosa que, segundo a corporação, atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito para obter vantagem de natureza política com a manutenção do então presidente Jair Bolsonaro no poder.

Estão sendo cumpridos, ao todo, 33 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão preventiva, além de 48 medidas cautelares que incluem a proibição de manter contato com outros investigados; a proibição de se ausentar do país, com entrega dos passaportes no prazo de 24 horas; e a suspensão do exercício de funções públicas.

As medidas judiciais, expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), estão sendo cumpridas nos seguintes estados: Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná e Goiás, além do Distrito Federal. O Exército Brasileiro acompanha o cumprimento de alguns mandados.

“As apurações apontam que o grupo investigado se dividiu em núcleos de atuação para disseminar a ocorrência de fraude nas eleições presidenciais de 2022, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e legitimar uma intervenção militar, em dinâmica de milícia digital”, informou a PF.

“O primeiro eixo consistiu na construção e propagação da versão de fraude nas eleições de 2022, por meio da disseminação falaciosa de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação, discurso reiterado pelos investigados desde 2019 e que persistiu mesmo após os resultados do segundo turno do pleito em 2022”, completou a corporação.

Já o segundo eixo de atuação do grupo, de acordo com o comunicado, consistiu na prática de atos para subsidiar a abolição do Estado Democrático de Direito, por meio de um golpe de Estado, com apoio de militares com conhecimentos e táticas de forças especiais em “ambiente politicamente sensível”.

Por fim, a PF destacou que os fatos investigados configuram crimes de organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado

**DATA DA NOTÍCIA: 08/02/2024**

Título: Cerco sobre Bolsonaro deve acelerar perda de apoio político entre 'moderados', dizem analistas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/08/cerco-sobre-bolsonaro-deve-acelerar-perda-de-apoio-politico-entre-moderados-dizem-analistas>

A operação da Polícia Federal (PF) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados nesta quinta-feira (8) deve provocar uma perda de apoio expressiva ao bolsonarismo no âmbito político e eleitoral, segundo analistas ouvidos pelo Brasil de Fato.

Os bolsonaristas são investigados por participarem de uma organização criminosa que teria atuado na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, a fim de manter no poder o então presidente Jair Bolsonaro.

Lincoln Telhado, doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a operação e suas implicações são “um tiro muito grave para os atores políticos que porventura venham a estar associados ou correlacionados com o bolsonarismo. E aí que eu acho que é o grande efeito, porque isso pode recair sobre os grupos políticos aliados do Bolsonaro”.

Nas palavras do cientista político, o preço para apoiar o ex-presidente e seus aliados deve subir para os grupos políticos organizados que estão localizados à centro-direita ou centro conservador. “Para a classe política, sem dúvida que essas investigações de hoje aumentam o custo de apoio ao bolsonarismo e a Bolsonaro”, analisa Telhado.

Isso deve ficar mais claro em relação à situação de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, que foi alvo de buscas e apreensões nesta quinta-feira (8). Ele foi preso em flagrante por porte ilegal de armas, sem relação com os autos das investigações que levaram à diligência.

“A classe política fica um pouco receosa de estar ligada ao Valdemar Costa Neto estando mais uma vez nos holofotes das investigações da Justiça”. Telhado, no entanto, destaca que o presidente do PL é uma “figura habilidosa”, que tem “conseguido fortalecer o PL a ponto de agregar tanto os interesses de um centrão pragmático quanto os interesses ali do Bolsonaro e dos apoiadores do Bolsonaro”, o que pode diminuir o custo político das investigações.

Quanto ao eleitorado, o discurso de perseguição política contra Bolsonaro e de aparelhamento das instituições brasileiras pelo governo atual pode pesar mais do que os impactos negativos. “Para o eleitor, as ações da PF podem dar pano de fundo à narrativa de que o bolsonarismo vem pregando de perseguição. Isso tudo para na cabeça do eleitor do Bolsonaro pode soar como é uma confirmação daquilo que o ex-presidente vem falando em diversas ocasiões.”

A linha é a mesma da análise da professora do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mayra Goulart. Em suas palavras, entre os diversos setores que apoiam Bolsonaro, existe um núcleo fiel ao ex-presidente, que “já tem pouca identidade com o estado democrático de direito”.

“Esse núcleo já vai receber essa informação sobre as investigações filtrada por temas como perseguição e por teorias da conspiração que vitimizam Bolsonaro e seus aliados. Então, para esse núcleo duro, não vai haver perda de apoio.”

“Mas para aqueles apoiadores que não fazem parte do núcleo duro, sim. Desde a derrota eleitoral, vários apoiadores já se deslocaram do espectro de Jair Bolsonaro. Essa investigação de hoje aprofunda esse processo”, afirma Mayra Goulart.

A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do inquérito que apura a existência das milícias digitais e seu

financiamento. O inquérito também investiga os atos golpistas do 8 de janeiro, que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes.

De acordo com a PF, os grupos se estruturaram em grupos com diversas finalidades, entre organizar os acampamentos golpistas, preparar o ato do 8 de janeiro, fazer a espionagem ilegal contra os ministros do STF e disseminar informações falsas.

Ainda de acordo com a corporação, a minuta de um decreto golpista encontrada na residência do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, teria sido escrita por Filipe Martins, assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, e o advogado Amauri Feres Saad. O documento recomendava a prisão dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional, Gilmar Mendes.

O ex-presidente Bolsonaro também teria pedido alterações no documento a Filipe Martins, mantendo a prisão somente de Moraes e solicitando a realização de novas eleições. “Nesse sentido, era relevante para os investigados monitorarem o Ministro ALEXANDRE DE MORAES para executarem a pretendida ordem de prisão, em caso de consumação do Golpe de Estado”, traz a decisão de Moraes.

As informações teriam sido corroboradas com a delação do coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Além de Bolsonaro, também foram alvos da operação pessoas muito próximas ao ex-presidente: Valdemar Costa Neto, presidente do PL; Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro em 2022; Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); e Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública.

Dois ex-assessores de Bolsonaro foram presos, Filipe Martins, assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, e o coronel Marcelo Câmara ex-ajudante de ordens, e o major do Exército Rafael Martins de Oliveira, com formação em Forças Especiais.

Os alvos são investigados por supostamente participarem de uma organização criminosa que teria atuado na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, a fim de manter no poder o então presidente Jair Bolsonaro.

Nesta quinta-feira (8), foram cumpridos 33 mandados de busca e apreensão, quatro mandados de prisão preventiva e outras 48 medidas cautelares, incluindo proibição de contato com os demais investigados, proibição de se ausentarem do país, com entrega dos passaportes no prazo de 24 horas e suspensão do exercício de funções públicas.

Os mandados estão sendo cumpridos nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Goiás e no Distrito Federal.

As investigações da Operação Tempus Veritatis indicam que, durante o período eleitoral de 2022, foram organizados grupos para disseminar informações falsas sobre fraude nas eleições, mesmo antes das votações. O objetivo era viabilizar uma intervenção militar.

De acordo com a PF, “o primeiro eixo consistiu na construção e propagação da versão de fraude nas Eleições de 2022, por meio da disseminação falaciosa de vulnerabilidades do sistema eletrônico de votação, discurso reiterado pelos investigados desde 2019 e que persistiu mesmo após os resultados do segundo turno do pleito em 2022”.

Já o “segundo eixo de atuação consistiu na prática de atos para subsidiar a abolição do Estado Democrático de Direito, através de um golpe de Estado, com apoio de militares com conhecimentos e táticas de forças especiais no ambiente politicamente sensível”.

Os fatos investigados podem levar à imputação pelos crimes de organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

O advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, disse que o ex-presidente entregará o seu passaporte às autoridades competentes, como foi determinado pela Justiça. “Já determinou que seu auxiliar direto, que foi alvo da mesma decisão, que se encontrava em Mambucaba [em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro], retorne para sua casa em Brasília, atendendo a ordem de não manter contato com os demais investigados”, declarou.

No mundo político, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) evitou adjetivar a operação de hoje. Em uma mensagem amena, escreveu que “é muito difícil um presidente da República comentar sobre uma operação da Polícia Federal que ocorre em segredo de justiça”. Também disse que esperar que as operações ocorram sem “nenhum excesso e seja aplicado o rigor da lei. Sabemos dos ataques à democracia. Precisamos saber quem financiou os acampamentos. Vamos esperar as investigações”, disse em entrevista à Rádio Itatiaia.

Seus apoiadores, no entanto, foram mais incisivos. Gleisi Hoffmann, presidente do PT, disse que “o tempo da verdade chegou”. A deputada federal destacou, porém, que não se trata de uma “perseguição” contra Bolsonaro e seus aliados, como o ex-presidente reitera cotidianamente.

“Não é perseguição, é a conclusão de um detalhado inquérito da Polícia Federal sob supervisão do Supremo Tribunal Federal, que desvendou a trama e seus novos sujeitos. A grande mentira sobre fraude eleitoral, disseminada por Bolsonaro e seu gabinete do ódio, preparou o terreno para militares corrompidos por ele prepararem as manifestações golpistas diante dos quartéis e os atentados de 8 de janeiro”, escreveu Hoffmann em seu perfil no X.

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ), por sua vez, escreveu que os oficiais das Forças Armadas “não esperavam uma responsabilização pela “articulação bolsonarista”. “Augusto Heleno, Braga Netto e cia devem estar surpresos. Ao longo da história sempre foram blindados. Vamos acompanhar as próximas etapas. Jair Bolsonaro está proibido de visitar Trump e Milei”, escreveu também em seu perfil no X.

Valdemar Costa Neto, presidente do PL – partido pelo qual Bolsonaro disputou a reeleição;

Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro em 2022;

General Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI);

Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública;

General Paulo Sérgio Nogueira, ex-comandante do Exército;

Almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante-geral da Marinha;

General Estevam Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército;

Tércio Arnaud Thomaz, ex-assessor de Bolsonaro e considerado um dos pilares do chamado “gabinete do ódio”;

Filipe Martins, ex-assessor especial de Bolsonaro;

Marcelo Câmara, coronel do Exército citado em investigações como a dos presentes oficiais vendidos pela gestão Bolsonaro e a das supostas fraudes nos cartões de vacina da família Bolsonaro;

Rafael Martins, major das Forças Especiais do Exército;

Bernardo Romão Corrêa Netto, coronel do Exército;

Ailton Gonçalves Moraes Barros, capitão reformado do Exército expulso após punições disciplinares;

Amauri Feres Saad, advogado citado na CPI dos Atos Golpistas como "mentor intelectual" da minuta do golpe encontrada com Anderson Torres;

Angelo Martins Denicoli, major da reserva do Exército que chegou a ocupar cargo de direção no Ministério da Saúde na gestão Eduardo Pazuello;

Cleverson Ney Magalhães, coronel do Exército e ex-oficial do Comando de Operações Terrestres;

Eder Lindsay Magalhães Balbino, empresário que teria ajudado a montar falso dossiê apontando fraude nas urnas eletrônicas;

Guilherme Marques Almeida, coronel do Exército e ex-oficial do Comando de Operações Terrestres;

Hélio Ferreira Lima, tenente-coronel do Exército;

José Eduardo de Oliveira e Silva, padre da Diocese de Osasco e apoiador de Bolsonaro;

Mario Fernandes, general da reserva do Exército e ex-chefe de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação, função ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República;

Ronald Ferreira de Araújo Júnior, oficial do Exército;

Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros, tenente-coronel;

Laércio Virgílio.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2024**

Título: Justiça mantém a prisão dos 4 detidos durante a operação da PF que investiga tentativa de golpe de Estado

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/09/justica-mantem-a-prisao-dos-4-detidos-durante-a-operacao-da-pf-que-investiga-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml>

A Justiça manteve a prisão dos quatro detidos nesta quinta-feira (8) durante a operação da Polícia Federal.

As quatro audiências de custódia para verificar a legalidade das prisões foram por videoconferência. Juízes auxiliares do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes conduziram as audiências. A do tenente-coronel do Exército Rafael Martins de Oliveira ocorreu no Rio de Janeiro. Segundo a Polícia Federal, ele pediu R\$ 100 mil ao tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens da Presidência da República no governo Bolsonaro, para organizar atos antidemocráticos.

Filipe Martins prestou depoimento no Paraná, onde está preso. Ele atuou como assessor internacional do ex-presidente Jair Bolsonaro e, de acordo com a investigação, entregou ao ex-presidente a minuta do golpe.

O coronel do Exército na reserva Marcelo Câmara, ex-assessor especial de Jair Bolsonaro, e que, segundo a PF, fazia parte do núcleo de inteligência paralela do ex-presidente, foi ouvido em Brasília.

A audiência de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido do ex-presidente Bolsonaro, também aconteceu em Brasília, mas na superintendência da PF. Valdemar era alvo de busca e apreensão, mas acabou preso em flagrante com uma arma com registro vencido. Na casa dele, a PF encontrou também uma pepita de ouro sem documentação. Após as audiências, a Justiça manteve a prisão dos quatro.

Nesta sexta, o advogado de outro investigado, Tércio Arnaud Thomaz, entregou o passaporte do cliente à Polícia Federal. Tércio é ex-assessor de Bolsonaro e, segundo a Polícia Federal, fazia parte do chamado "gabinete do ódio", o grupo de assessores que atuava no Palácio do Planalto e divulgava fake news e ataques contra adversários e instituições.

O ministro Alexandre de Moraes também decretou a prisão do coronel Bernardo Romão Corrêa Neto, que, segundo a PF, fazia parte do núcleo operacional dos golpistas. Corrêa está nos Estados Unidos e se apresentou a autoridades americanas. A expectativa é de que chegue ao Brasil no domingo (11).

A partir de agora, a Polícia Federal vai analisar todo o material apreendido nesta quinta (8) durante a Operação Hora da Verdade. O ministro Alexandre de Moraes deu 60 dias para a conclusão da perícia.

A PF também pretende ouvir, novamente, nos próximos dias, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid; quer que ele detalhe os fatos novos descobertos durante a investigação e que não foram amplamente tratados em sua delação premiada, como o financiamento de atos antidemocráticos e até a mobilização de militares para a trama golpista.

Mauro Cid ficou preso durante quatro meses por ordem do ministro Alexandre de Moraes. Foi solto após fechar um acordo de delação premiada. Ele usa tornozeleira eletrônica e tem que se apresentar semanalmente à Justiça.

Segundo a Polícia Federal, ele participava de quatro dos seis núcleos golpistas, entre eles o responsável por atacar o sistema eleitoral e o que incitaria outros militares a aderir ao golpe.

Em conversa com o jornalista Nilson Klava, da GloboNews, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse que as investigações da Polícia Federal mostraram que apenas um pequeno grupo de militares queria o golpe. O ministro fez questão de diferenciar os indivíduos da instituição Forças Armadas e ressaltou que a corporação não queria o golpe.

Múcio declarou que a "operação foi importante, porque todos estavam sob suspeição e, desde ontem, só um grupo está e será investigado. Ficou comprovado que as Forças não queriam golpe, quem queria golpe eram alguns CPFs de um CNPJ".

No fim da noite desta sexta, o ministro Alexandre de Moraes decidiu converter a prisão em flagrante de Valdemar Costa Neto em prisão preventiva, quando não há prazo para terminar, e deu 24 horas para que a Procuradoria-geral da República se manifeste sobre o pedido de liberdade provisória apresentado pela defesa de Valdemar.

O advogado de Marcelo Câmara afirmou que também pedirá a libertação do seu cliente.

A defesa de Filipe Martins disse que considera a prisão dele ilegal.

O Jornal Nacional não conseguiu contato com a defesa de Rafael Martins.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2024**

Título: OEA condena ameaça de golpe contra Petro em meio à tensão entre governo e MP da Colômbia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/09/oea-condena-ameaca-de-golpe-contr-petro-em-meio-a-tensao-entre-governo-e-mp-da-colombia>

Manifestantes foram às ruas em 71 cidades na Colômbia nesta quinta-feira (8) para protestar contra investigações do Ministério Público sobre o governo e a demora para a escolha do novo procurador-geral pela Corte Suprema de Justiça. Os atos foram convocados pela Federação Colombiana de Educadores (Fecode) que é alvo do MP por supostas doações à campanha eleitoral do presidente, Gustavo Petro, em 2021. O principal movimento foi realizado em Bogotá, onde manifestantes fecharam a entrada do estacionamento do Palácio da Justiça e impediram a saída dos magistrados.

Por causa da tensão no país, a Organização dos Estados Americanos (OEA) disse estar preocupada com a possibilidade de um golpe de Estado contra o governo de Petro. "Exigimos que sejam abandonadas as tentativas de diferentes atores políticos de prejudicar o processo democrático na Colômbia. [...] A Secretaria Geral condena e repudia as ameaças de interrupção do mandato constitucional do presidente Petro", afirmou a organização em comunicado.

Os policiais reprimiram as manifestações na capital. Mesmo tendo apoiado os atos, o presidente Gustavo Petro pediu a desobstrução do Palácio da Justiça. O chefe do Executivo publicou um vídeo nas redes sociais afirmando que os bloqueios podem ter sido feitos por pessoas infiltradas, que não estão ligadas ao movimento político Pacto Histórico. Na publicação, o presidente indica que alguns manifestantes usavam máscaras e pediu investigação sobre quem interditou a saída da sede do Judiciário.

Setores da oposição criticaram os bloqueios ao Palácio da Justiça e a Corte Suprema de Justiça repudiou a "prisão dos juízes" na parte interna do prédio. De acordo com o general William René Salamanca Ramírez, da Polícia Nacional da Colômbia, a entrada da corporação no palácio foi feita 'livremente'. Disse ter ouvido dos magistrados que eles não queriam uma desobstrução violenta e que eles saíram de carro do palácio sem obstáculos às 17h20 (horário local).

As manifestações pediam celeridade na escolha do novo procurador-geral da República por parte da Corte Suprema de Justiça. Petro enviou em agosto uma lista tríplice ao Tribunal. Os 23 magistrados não chegaram a um consenso sobre um nome para ocupar o lugar de Francisco Barbosa, e a escolha se arrasta há 5 meses. A última sessão foi realizada nesta quinta, durante os protestos.

Com isso, a atual vice-procuradora, Marta Mancera, deve assumir o cargo. Ela é próxima a Barbosa e foi investigada por supostamente proteger funcionários corruptos que

trabalhavam no distrito de Buenaventura. A próxima votação está marcada para 22 de fevereiro.

O resultado da votação desta quinta foi o estopim para o bloqueio do prédio. O MP divulgou uma nota afirmando que está "investigando os manifestantes para possível ação penal contra os atos criminosos".

Cidades de todo o país registraram movimentações. Medellín e Cali tiveram os maiores atos, além de Bogotá. Na capital, policiais também reprimiram os atos na praça de Bolívar. Em Medellín, manifestantes partiram da Universidade de Antioquia e caminharam até a sede do Ministério Público. Segundo o Conselho de Segurança do país, não houve feridos em nenhuma manifestação.

Em sua convocatória para as marchas, Petro voltou a acusar o Ministério Público de tentar derrubar seu governo "pelas vias judiciais". O chefe do Executivo publicou um texto na última semana em seu perfil nas redes sociais afirmando que as investigações representam uma "ruptura institucional" e pediu atenção dos outros países à "tomada do MP pela máfia".

Ainda nesta quinta-feira, Petro disse que os jornais constroem um relato violento das manifestações para estabelecer uma relação com os atos de 1985, quando sete integrantes da guerrilha Movimento 19 de abril (M-19) tomaram o Palácio da Justiça armados em um episódio que terminou em um confronto com o Exército local e mortes de combatentes, militares e reféns.

Desde que assumiu em 2022, Petro tem enfrentado uma série de acusações do MP. Investigações contra a Fecode, a suspensão do ministro das Relações Exteriores, Álvaro Leyva, e a demora para escolher um novo procurador-geral são as últimas disputas que estão sendo travadas.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2024**

Título: Governo da Colômbia e dissidentes das Farc anunciam negociações de paz

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/09/governo-da-colombia-e-dissidentes-das-farc-anunciam-negociacoes-de-paz>

O governo da Colômbia anunciou nesta sexta-feira (9) o início dos diálogos de paz com o grupo armado Segunda Marquetalia. As conversas serão realizadas no contexto dos Acordos de Paz promovidos pelo presidente Gustavo Petro para negociar o fim dos conflitos entre grupos guerrilheiros no país.

A declaração conjunta foi assinada em 1º de fevereiro e divulgada nesta sexta. No documento, governo colombiano e a Segunda Marquetalia, grupo criado por ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), se comprometeram a iniciar as negociações para um acordo de paz definitivo e estabelecer de forma "imediata" acordos prévios para reduzir os confrontos.

O texto pede também fala da participação da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos governos de Cuba, Venezuela e Noruega na mediação das conversas. O documento foi

assinado pelo chefe do Alto Comissariado pela Paz do governo da Colômbia, Otty Patiño, e pelo comandante do grupo guerrilheiro, Iván Márquez.

O diálogo permanente com os grupos armados é uma das políticas implementadas por Petro desde o início do seu mandato em 2022. O presidente transformou a Paz Total em uma política de Estado a partir da aprovação da lei 418, que firma o compromisso do Estado colombiano em manter contato para negociar o fim dos confrontos entre esses grupos.

As negociações com o grupo se somam a outras mesas de diálogos estabelecidas pelo governo. Até agora, o Estado conseguiu abrir diálogos com o Exército de Libertação Nacional (ELN) e com o Estado Maior Central (EMC), também surgido de dissidências das Farc.

O governo e o ELN estenderam o cessar-fogo até agosto depois do 6º ciclo de negociações realizado na última semana em Cuba. O grupo foi o primeiro a assinar um Acordo de Paz com o Estado colombiano em 2016, durante o governo de Juan Manuel Santos. Já o EMC chegou a um acordo com o governo em janeiro para a prorrogação de um cessar-fogo até 15 de julho. O acordo estava válido desde outubro de 2023.

As negociações com a Segunda Marquetalia foram divulgadas na semana em que representantes do Conselho de Segurança da ONU visitaram a Colômbia para demonstrar apoio às conversas. O assessor para assuntos internacionais dos Estados Unidos, Joe Finer, também se reuniu na terça-feira (06) com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, em Bogotá para discutir o processo de paz.

O grupo guerrilheiro se comprometeu a “contribuir com o processo das comunidades rurais e urbanas e acabar com impostos sobre comunidades populares”. Também reafirmou a necessidade de levar um processo de paz “ágil e ordenado” e que tenha soluções políticas.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2024**

Título: Disputa por candidatura da esquerda extrapola partido e gera protestos na Bolívia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/09/disputa-por-candidatura-da-esquerda-extrapola-partido-e-gera-protestos-na-bolivia>

Durante duas semanas, estradas bolivianas foram bloqueadas por apoiadores do ex-presidente Evo Morales. O motivo: a impossibilidade do líder histórico do Movimento ao Socialismo (MAS) concorrer ao pleito de 2025. A questão levantada pela Justiça em dezembro de 2023 expôs uma divisão no partido e levou às ruas uma disputa política pela candidatura da esquerda boliviana no ano que vem.

As paralisações começaram em 22 de janeiro e terminaram na quarta-feira (7), depois que a Câmara dos Deputados boliviana aprovou um projeto de lei definindo os critérios e prazos para uma nova eleição judicial, a principal reivindicação dos setores que apoiam Evo. Com isso, a Assembleia Legislativa tem até 80 dias para receber os candidatos ao pleito e as eleições devem acontecer em 22 de setembro.

O pano de fundo dos debates é uma disputa eleitoral dentro do partido entre Evo e o atual presidente Luis Arce. Esse embate interno começou quando Evo voltou à Bolívia em 2020, após passar um ano exilado na Argentina por conta do golpe de Estado que levou à derrubada de seu governo, em 2019.

Ao Brasil de Fato, o cientista político e professor da Universidade Católica de La Paz Marcelo Arequipa disse que essa é a primeira vez que o partido mais forte da Bolívia enfrenta uma divisão com grandes forças.

“Pela primeira vez temos de um lado a direção do partido político que não está no governo e do outro lado está quem governa e que pertence a esse partido. A Bolívia sempre teve uma concentração de poder político nas mãos de quem está governando: o presidente era também o máximo dirigente do partido. Agora, a discussão tem que ser resolvida internamente entre diferentes setores”, afirmou.

O ponto alto da disputa pela liderança no MAS foi vista em outubro de 2023, quando Morales organizou um congresso em Lauca Eñe, no distrito de Cochabamba. A região é berço político e reduto eleitoral do ex-presidente. No evento, ele chamou os apoiadores de Luis Arce de “traidores”.

Para Marcelo Arequipa a saída é um debate interno para definir quem será o candidato para 2025. “O MAS tem que fazer outro congresso até maio e pode mudar o estatuto. As primárias são no último trimestre deste ano. Nessas primárias, os militantes podem escolher quem querem. Uma coisa importante é ampliar a participação de candidatos, não só para os militantes”, disse.

Independente do candidato, para o professor de ciência política da Universidade Mayor de San Andrés Franklin Pareja, o MAS tem força política suficiente para ganhar o pleito em 2025.

“O MAS é uma grande força política de matriz sindical e de organizações sociais, tem uma presença que irradia em todo o país. As oposições não têm força política com essa extensão. Mesmo com essa briga, pode ganhar as eleições por ter estrutura, base social e recursos. Se seguir assim, outra força até poderia ocupar espaço, mas essa força não existe e a oposição não aproveita a ruptura interna no MAS”, afirmou ao Brasil de Fato.

O Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia decretou em dezembro de 2023 que presidentes e vice-presidentes só poderiam exercer o cargo por dois mandatos, de forma seguida ou não. Essa era uma lacuna que já existia na Constituição boliviana. Antes, a Carta Magna afirmava que o presidente não poderia exercer o cargo por mais de dois mandatos, mas não especificava se eram seguidos ou não. Com a sentença judicial 1010, Evo Morales, que foi presidente por quatro mandatos, não poderia voltar ao poder.

Os apoiadores de Evo consideram que, com um novo Tribunal Constitucional, essa norma poderia cair e Evo poderia voltar a ser candidato em 2025. Segundo Pareja, os apoiadores de Evo tem razão constitucional na reivindicação.

“A Constituição diz uma coisa que os tribunais interpretam de maneira diferente criando uma contrarreforma. Evo entende que os magistrados estão usando o tribunal para tirar suas competências políticas. Tecnicamente ele tem razão, porque a Constituição não era clara em relação a isso e Evo já foi quatro vezes presidente. Deveria haver uma discussão maior”, afirmou.

As manifestações que pararam as principais estradas que ligam La Paz a Santa Cruz de la Sierra tiveram efeito e a Câmara convocou as eleições judiciais. A Bolívia é um dos únicos

países do mundo no qual a população vota para escolher os representantes do Poder Judiciário. As últimas eleições deveriam ter sido em 2023, mas não foram organizadas.

Segundo a vice-ministra de Comunicação, Gabriela Alcón, os bloqueios nas rodovias tiveram um impacto de 982 milhões de dólares na economia boliviana. De acordo com o Ministério do Interior, confrontos entre policiais e manifestantes deixaram 71 policiais feridos e 21 pessoas presas.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2024**

Título: Organizações denunciam Milei à Corte Interamericana por ataques contra liberdade de expressão na Argentina

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/09/organizacoes-denunciam-milei-a-corte-interamericana-por-ataques-contracomunicacao-na-argentina>

Diversas organizações e sindicatos ligados à comunicação na Argentina apresentaram na quinta-feira (8) uma denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os ataques do presidente Javier Milei contra a comunicação pública e comunitária no país.

O documento aponta que a comunicação e a liberdade de expressão foram atingidas pela intenção do governo de Javier Milei de desmontar marcos jurídicos protetores de direitos que estavam vigentes no país.

“Na Argentina de Javier Milei há cada vez menos representação popular nos conteúdos, se atenta contra a democracia, limitando a pluralidade de vozes, está em jogo a liberdade de expressão e o valor supremo de que necessitamos, que é o direito à comunicação”, afirma Mariano Randazzo, integrante do coletivo da Radio Sur, emissora comunitária da cidade de Buenos Aires, uma das rádios que integram a coordenação da Associação de Rádios Comunitárias (Amarc) Argentina.

Além da Amarc, assinam o documento o Centro de Estudos Legais e Sociais, a Coodenação Nacional de Televisões Alternativas, o Fórum Argentino de Rádios Comunitárias, além de federações e sindicatos de trabalhadores da imprensa e comunicação social.

O texto enviado à CIDH também chama a atenção para a violência crescente dirigida aos profissionais de imprensa em meio aos protestos contra as políticas ultraliberais de Milei. O caso mais recente foi durante a tramitação do pacote ultraliberal conhecido como Lei Ônibus, que voltou à estaca zero no Congresso Nacional, na primeira derrota parlamentar do governo provocada pelos próprios deputados governistas.

“Houve muitas manifestações e uma quantidade absurda de policiais e outras forças atuando para reprimir. e os alvos dos ataques foram principalmente jornalistas, comunicadores, fotógrafos - foram os e as trabalhadoras das comunicações”, relatou ao Brasil de Fato a jornalista e comunicadora argentina Sofía Hammoe.

O ataque de Milei ao sistema de comunicação pública e comunitária na Argentina acontece em várias frentes, por meio de decretos, leis e intervenções diretas do Executivo nas empresas públicas e órgãos de fiscalização.

“Desde a campanha que ele vem ameaçando com essas medidas e, já esse ano, o governo tem indicado uma intervenção tanto nos meios públicos quanto no Enacom [ Ente Nacional das Comunicações]. Está acontecendo algo que a gente já viveu quando assumiu o governo Macri em 2015, são tantas frentes que estão tentando atingir os direitos, que fica difícil acompanhar tudo”, aponta Hammoe.

Milei nomeou interventores para as empresas públicas de comunicação do país: a agência de notícias Télam e o sistema RTA - rádio e televisão públicas e as TVs educativas nacionais O Enacon, órgão regulador do sistema de radiodifusão e telecomunicações também foi alvo de intervenção direta por parte do presidente, por meio do Decreto 89/24. Milei ameaça ainda fechar a Defensoria Pública de Serviços de Comunicação Audiovisual - responsável pela defesa e promoção do direito à comunicação do público argentino.

“Ele decidiu interferir de maneira autoritária, argumentando que os meios públicos eram órgãos de propaganda a serviço de um governo e, por isso, os deixa sob o absoluto controle de seu próprio governo”, aponta Randazzo.

Os mecanismos de participação e controle dessas empresas públicas foi anulado no Congresso pelo partido governista A Liberdade Avança, eliminando a participação prevista para minorias parlamentares e para a representação social da RTA instituída pela Lei 26.522, conhecida popularmente por Lei de Meios.

“No caso da RTA, que tinha representação para a primeira, segunda e terceira minorias parlamentares, o interventor assume os três diretórios”, aponta Jéssica Tritten, gerente Geral de Conteúdos Públicos Sociedade do Estado, responsável pelas TVs educativas.

Em 2009, a Argentina aprovou a Lei 26.552, popularmente conhecida como Lei de Meios, com o objetivo de democratizar as normas legais nos setores audiovisual e de telecomunicações do país. Apesar da forte resistência do setor empresarial no país, a lei foi ratificada pela Suprema Corte de Justiça em 2013.

“Foi um feito histórico para nosso país. Por um lado, porque é uma lei construída pelas organizações, pelas demandas de diversos setores, debatida publicamente em todo o país e que substituiu o marco regulatório vigente desde a última ditadura cívico militar”, aponta Randazzo.

Entre uma série de medidas, a lei estabelece limites para a concentração da propriedade de meios audiovisuais no país. Esses limites foram eliminados por meio do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 70/23, “habilitando níveis de concentração midiática que são incompatíveis com os padrões de liberdade de expressão da CIDH”, diz o texto entregue à CIDH.

Milei também expressou sua intenção de eliminar o Fundo de Fomento Competitivo para Meios de Comunicação Audiovisual (Fomeca) estabelecido pela Lei de Meios como um mecanismo de igualdade para os meios de comunicação não comerciais, utilizado em grande parte pelas rádios comunitárias, que incluem rádios de trabalhadores rurais e de povos originários.

“As pessoas que estão assumindo o governo junto com Milei são ignorantes da função pública, falam de coisas que não conhecem. Esses recursos como o Fomeca não são gerados pelo Estado, saem de uma série de impostos e taxas que vem da comunicação audiovisual privada, arrecadados por meio de publicidade, não tem nenhum custo para o Estado”, aponta Sofia Hammoe.

Outra frente do ataque de Milei a esses órgãos está embutida no pacote ultraliberal, conhecido por Lei Ônibus, apresentado ao Congresso Nacional, com propostas de

converter as sociedades do Estado em sociedades anônimas e privatizar os veículos públicos de comunicação com alcance nacional, como a agência de notícias Télam e a Rádio Nacional. Embora tenha retrocedido em sua tramitação no Congresso, as medidas previstas na Lei Ônibus permanecem no plano de reformas do governo argentino.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 12/02/2024**

Título: Janeiro de 2024 foi o mês mais violento em dois anos no Haiti, diz ONU

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/12/janeiro-de-2024-foi-o-mes-mais-violento-em-dois-anos-no-haiti-diz-onu>

Em meio à escalada de protestos pela renúncia do atual primeiro-ministro do Haiti, a Organização das Nações Unidas (ONU) alertou para o aumento dos índices de violência no primeiro mês do ano no país, com um agravamento da pobreza e do controle de grande parte do território por gangues armadas, tornando este o janeiro mais violento dos últimos dois anos.

O alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, alertou na última sexta-feira (9) para o aprofundamento da crise dos direitos humanos.

"É essencial melhorar a segurança e, ao mesmo tempo, combater a pobreza, a discriminação social e econômica e a corrupção, [medidas] necessárias para a estabilidade a longo prazo", disse.

Türk ainda afirmou que, até o momento, pelo menos 806 pessoas que não faziam parte das lutas entre gangues foram mortas, feridas ou sequestradas, assim como cerca de 300 membros de gangues necessitaram de assistência médica para ferimentos, totalizando 1.108 pessoas afetadas de alguma forma pelas ações de violência. O número é três vezes maior do que o índice de janeiro de 2023.

O representante da ONU explicou ainda que na região metropolitana de Porto Príncipe o impacto da violência atinge todos os municípios devido aos confrontos entre gangues pelo controle dos territórios, estendendo-se para áreas fora da capital.

"Habitantes de áreas controladas por gangues foram atacados diretamente. As gangues continuam a usar a violência sexual contra mulheres e meninas como arma e a espalhar o medo ao compartilhar fotos e vídeos horríveis de pessoas assassinadas e mulheres estupradas nas redes sociais locais", disse Türk.

Em relação a crianças e adolescentes, a ONU denunciou o recrutamento de menores de idade pelos grupos criminosos. Da mesma forma, em 2023, foi registrado o número de 167 crianças mortas ou feridas por tiros. Destes, alguns foram executados por brigas internas dos grupos.

As denúncias da ONU vêm em meio a uma onda de protestos que levou milhares de haitianos às ruas contra o governo provisório do premiê Ariel Henry e para exigir eleições gerais no país.

Segundo acordo alcançado em dezembro de 2022, após o assassinato do ex-primeiro-ministro Jovenal Moïse em 2021, Henry deveria ter convocado eleições e deixado o cargo em fevereiro de 2024.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 12/02/2024**

Título: Colômbia declara 'emergência carcerária' por ataques a guardas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/12/colombia-declara-emergencia-carceraria-por-ataques-a-guardas>

A autoridade penitenciária colombiana declarou, nesta segunda-feira (12), estado de "emergência carcerária" em todo o país depois de registrar vários ataques contra guardas nas prisões locais, que resultaram na morte de um funcionário, informou o Ministério da Justiça.

"Acabamos de aprovar por unanimidade na diretoria do Inpec (Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário) a declaração de emergência carcerária", informou à imprensa o ministro da Justiça, Néstor Osuna, que destacou o objetivo da medida de reforçar a segurança nos presídios.

No sábado, um guarda foi morto a tiros por dois homens que andavam de moto em frente à prisão de San Sebastián de Ternera, em Cartagena (norte).

Outra agressão contra carcereiros foi registrada no município de Jamundí (Valle del Cauca, sudoeste), com número indeterminado de guardas do Inpec feridos, segundo as autoridades. Segundo a mídia local, foi um ataque a tiros.

Além disso, "panfletos com ameaças foram encontrados em diferentes prisões", indicou o ministério em um boletim.

Em resposta aos ataques, um sindicato de funcionários penitenciários ameaçou entrar em greve se não fossem tomadas medidas.

"A emergência carcerária tem dois propósitos: [...] proteger a vida e a integridade dos guardas prisionais e erradicar completamente a extorsão e a corrupção que vem" das prisões, explicou Osuna.

Uma das primeiras medidas será, segundo o ministro, a designação de "um procurador específico para (investigar) os homicídios contra guardas do Inpec e outro procurador específico para casos de extorsão e corrupção prisional".

O sistema penitenciário da Colômbia abriga mais de 190 mil reclusos em condições de superlotação grave, segundo dados oficiais.

## **DATA DA NOTÍCIA: 13/02/2024**

Título: Colômbia denuncia violação dos acordos de paz pelos grupos armados ELN e EMC

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/13/colombia-denuncia-violacao-dos-acordos-de-paz-pelos-grupos-armados-eln-e-emc>

A guerrilha do Exército de Libertação Nacional (ELN) e a principal dissidência das Farc, o Estado-Maior Central (EMC), estão violando as tréguas acordadas nas negociações de paz, com uma onda de violência no oeste da Colômbia, denunciaram mediadores e autoridades nesta terça-feira (13).

A Defensoria do Povo e a Igreja Católica juntaram-se à posição do governo, que na segunda-feira qualificou de "deslealdade" o ataque de organizações da região do Pacífico, que obrigou milhares de agricultores a se confinarem, informa a agência de notícias AFP.

A guerrilha do ELN, em negociações com o governo do esquerdista Gustavo Petro em Cuba, anunciou na sexta-feira (9) um "ataque armado por tempo indeterminado" no departamento de Chocó, apesar do cessar-fogo bilateral que está em vigor desde agosto.

"É uma deslealdade aos acordos" do sexto ciclo de negociações em Havana, em que a trégua foi prorrogada até agosto, disse o bispo de Istmina (Chocó), Mario de Jesús Álvarez. O clérigo denunciou um clima "de grande ansiedade e grande angústia" entre os moradores à Blu Rádio nesta terça-feira.

Na mesma linha, o comissário de paz, Otty Patiño, questionou a vontade de paz do ELN e do EMC, com quem o governo mantém diálogo desde outubro. Embora tenha sido acordada uma trégua até julho, o EMC realiza ações armadas em Cauca, Valle del Cauca e Nariño. "O cessar-fogo não permite a prática de crimes e muito menos contra a população", disse Patiño.

O exército colombiano afirmou que denunciará o ELN ao mecanismo de monitoramento do cessar-fogo da ONU, mas que a situação está sob controle.

O governo e o ELN estenderam o cessar-fogo até agosto depois do 6º ciclo de negociações realizado na última semana em Cuba. O grupo foi o primeiro a assinar um Acordo de Paz com o Estado colombiano em 2016, durante o governo de Juan Manuel Santos. Já o EMC chegou a um acordo com o governo em janeiro para a prorrogação de um cessar-fogo até 15 de julho. O acordo estava válido desde outubro de 2023.

Na sexta-feira, o governo da Colômbia anunciou o início dos diálogos de paz com o grupo armado Segunda Marquetalia, formado por ex-integrantes das Farc, no contexto dos Acordos de Paz promovidos pelo presidente Gustavo Petro para negociar o fim dos conflitos entre grupos guerrilheiros no país.

O diálogo permanente com os grupos armados é uma das políticas implementadas por Petro desde o início do seu mandato em 2022. O presidente transformou a Paz Total em uma política de Estado a partir da aprovação da lei 418, que firma o compromisso do Estado colombiano em manter contato para negociar o fim dos confrontos entre esses grupos.

As negociações com a Segunda Marquetalia foram divulgadas na semana em que representantes do Conselho de Segurança da ONU visitaram a Colômbia para demonstrar apoio às conversas. O assessor para assuntos internacionais dos Estados Unidos, Joe

Finer, também se reuniu na terça-feira (6) com o presidente da Colômbia em Bogotá para discutir o processo de paz.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2024**

Título: Frente do ELN encerra 'greve armada' iniciada após denúncia de conluio entre Exército e paramilitares na Colômbia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/14/frente-do-eln-encerra-greve-armada-iniciada-apos-denuncia-de-conluio-entre-exercito-e-paramilitares-na-colombia>

A frente do grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN) que atua no departamento de Chocó, na região oeste da Colômbia, encerrou nesta quarta-feira (14) a chamada "greve armada" que havia implementado na região. A medida foi tomada pela Frente de Guerra Ocidental Omar Gómez e teve como justificativa um suposto acordo entre militares e paramilitares na região que, segundo o grupo, impede a "circulação de pessoas e alimentos", além de utilizar a população local como "escudo humano".

"Continuamos a denunciar o conluio entre militares e paramilitares na região. Por este motivo, decretamos uma greve armada por tempo indeterminado nos rios San Juan, Sipí e Cajón, a partir das 00h00 do dia 10 de fevereiro. [...] Convidamos a população a abster-se de se deslocar para evitar incidentes" disse o grupo, em comunicado publicado no dia 8 de fevereiro.

A medida, na prática, interrompeu temporariamente o cessar-fogo assinado entre o ELN e o governo em Cuba no dia 6 de fevereiro. Os diálogos de paz com o ELN foram retomados na Colômbia após a posse do presidente Gustavo Petro, que busca implementar uma política de paz com os grupos guerrilheiros remanescentes na Colômbia.

De acordo com a frente do ELN em Chocó, a interrupção na trégua se justificou pela "presença do paramilitarismo contra a humilde população deste território, em complacência com a força pública que atua na região".

Já nesta segunda-feira (12), o grupo anunciou o fim da "greve" e disse que a medida foi tomada para se proteger, já que militares colombianos teriam desobedecido as negociações de paz e realizado ação conjunta com grupos paramilitares na região.

O Comando Central do ELN também emitiu uma nota dizendo que a frente ocidental não age de maneira independente e respaldou a decisão dos gurrilheiros, afirmando que "a greve armada em Chocó [...] é uma medida de proteção contra as operações de agressão e hostilidade orientadas e apoiadas pelos militares e executadas pelos grupos paramilitares contra as comunidades".

"Nos solidarizamos com a difícil situação que enfrentam diariamente no território, que há décadas querem tirar-lhes através da criminalidade, da barbárie, dos abusos e de todas as humilhações que tiveram de enfrentar continuamente durante anos. Os verdadeiros culpados são o Estado e as suas forças militares e paramilitares, por uma política que vai contra a vida digna destas comunidades", afirmava o documento.

O texto também dizia que o governo mentiu ao falar sobre uma possível pacificação da região. "As autoridades estatais afirmam não ter conhecimento de quaisquer combates na região de San Juan; não mintam ao país, pois é isso que impede que haja esperanças encorajadoras de paz no futuro".

O governo de Gustavo Petro contestou a ação e disse que o grupo estava violando o cessar-fogo. De acordo com o Alto Comissário para a Paz, Otty Patiño, as declarações e medidas tomadas pelo ELN desrespeitam os documentos assinados no sexto ciclo de debates realizado em Havana, Cuba, ainda em janeiro e "ameaça a vida, os direitos, as liberdades dos habitantes do departamento, o exercício dos governos eleitos democraticamente e o mandato das autoridades comunitárias".

O diálogo permanente com os grupos armados é uma das políticas implementadas por Petro desde o início do seu mandato em 2022. O presidente transformou a Paz Total em uma política de Estado a partir da aprovação da lei 418, que firma o compromisso do Estado colombiano em manter contato para negociar o fim dos confrontos entre esses grupos.

No documento de sete pontos assinado por ambas as partes o ELN firmou o compromisso de "suspender unilateral e temporariamente as retenções econômicas", ou seja, a prática de sequestros que a organização realiza para se financiar. O grupo acrescenta também que "o progresso desse compromisso está vinculado ao progresso dos acordos como um todo e à resolução dos fatores críticos que os afetam".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2024**

Título: Argentina: alta anual da inflação chega a 254,2% em janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/14/argentina-alta-anual-da-inflacao-chega-a-254-2-em-janeiro>

A Argentina fechou o primeiro mês de 2024 com uma taxa anual de 254,2% de inflação, uma das mais altas do mundo. O índice registrado em janeiro fechou com aumento de 20,6%, abaixo dos 25,5% registrados em dezembro.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censo, órgão oficial de estatísticas argentino, os setores com maiores aumentos em janeiro foram bens e serviços, com 44,4%, seguido por transporte (26,3%), comunicação (25,1%) e alimentos e bebidas não alcoólicas (20,4%)

Desde que assumiu a presidência, o ultraliberal Javier Milei desvalorizou o peso em 54% e retirou o congelamento de preços de centenas de produtos. O presidente tenta implementar um pacote de medidas que prevê a privatização de serviços públicos, por meio da Lei Ônibus, que voltou à estaca zero no Congresso Nacional.

Nesta quarta-feira (14), a ex-presidenta Cristina Kirchner publicou um documento com críticas à política econômica de Javier Milei, que acusa de ir "além do disruptivo" em suas propostas.

"[O discurso e a prática do governo] nos levam a um lugar que a Argentina nunca conheceu. Isso se desenvolve, no entanto, em um marco econômico e social de extrema gravidade", disse.

Segundo Cristina, a dolarização da economia, proposta de Milei desde a campanha, impedirá definitivamente a possibilidade de desenvolvimento com inclusão social na Argentina. "O país não terá mais dólares. Pelo contrário, iremos ter menos dólares, porque a competitividade da maior parte do setores produtivos geradores de divisas será afetada e o peso da dívida externa aumentará na nossa economia", disse.

No documento de 33 páginas, a ex-presidente endereça duras críticas ao atual ministro da Economia, Luis Caputo, a quem ela aponta como principal responsável pela atual crise. "O safari da dívida do então secretário de finanças, Luis Caputo, culminou em 2018, quando, diante da impossibilidade de cumprir os vencimentos da dívida contraída, o governo recorreu ao prestador de última instância e trouxe de volta o FMI como auditor da economia argentina", diz o texto.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 15/02/2024**

Título: Venezuela acusa escritório da ONU de 'apoiar golpistas' e pede que funcionários deixem o país

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/15/venezuela-acusa-escritorio-da-onu-de-apoiar-golpistas-e-pede-que-funcionarios-deixem-o-pais>

O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, pediu nesta quinta-feira (15) a saída dos funcionários do Escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) do país em até 72 horas. O chanceler também disse que o país vai revisar os acordos de cooperação técnica da Carta de Entendimento assinados com a agência em 2019.

De acordo com a pasta, a decisão foi tomada por causa do "papel impróprio" que a agência tem tomado ao atuar como um "escritório privado de golpistas e grupos terroristas que conspiram contra o país". Em comunicado, o Ministério disse que o escritório adotou uma postura "parcial" contra o Estado venezuelano.

"O Gabinete do Alto Comissário [de Direitos Humanos da ONU] tem mantido uma posição claramente tendenciosa e parcial, procurando constantemente gerar impunidade para as pessoas envolvidas em tentativas de assassinato, golpes de Estado, conspirações e outros ataques graves contra a soberania", disse a pasta.

O texto divulgado pelo Ministério também afirma que o Gabinete do Alto Comissariado viola a Carta da ONU e descumpra a resolução 48/141 da Assembleia Geral da ONU que determina que agências da organização "respeitem a soberania, a integridade territorial e a jurisdição interna dos Estados".

O governo venezuelano afirmou que vai manter a saída do Escritório de Direitos Humanos da ONU do país até que a instituição “retifique publicamente a sua atitude colonialista, abusiva e violadora da Carta das Nações Unidas” perante a comunidade internacional.

A decisão foi tomada 6 dias depois da prisão de Rocío San Miguel. Ela, que se intitula como ativista, tem nacionalidade venezuelana e espanhola e foi acusada de conspiração por supostamente participar do plano "Pulseira Branca", que pretendia matar o presidente Nicolás Maduro, além de planejar outros atentados, segundo o Ministério Público venezuelano.

A tensão entre governo venezuelano e o escritório da ONU se aprofundou depois que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos chamou a prisão de Rocío de “desaparição forçada”, ao dizer que acompanhava com “profunda preocupação” o caso.

O procurador-geral da República, Tarek William Saab, respondeu o representante da ONU e negou que se trate de uma “desaparição forçada”. Segundo ele, o devido processo judicial foi respeitado na prisão de Rocío San Miguel e a operação foi cumprida “em conformidade com o respeito aos direitos humanos e às garantias constitucionais, como a audiência de apresentação”, que é uma audiência preliminar para a apresentação do juiz e da abertura do processo contra o réu.

Desde sua chegada a Caracas, em 2019, a relação do Escritório de Direitos Humanos da ONU com o governo sempre foi tensa. A filial foi instalada ainda sob a gestão da ex-presidenta chilena e então alta comissária para os Direitos Humanos Michele Bachelet.

As motivações para a criação de tal missão foram acusações feitas pela oposição de extrema direita venezuelana sobre supostas violações de direitos humanos no país por parte do governo do presidente Nicolás Maduro. Caracas, então, concordou em receber e permitir a atividade de um escritório da agência da ONU no país para apurar as denúncias.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2024**

Título: Fugindo da inflação, argentinos cruzam fronteira com a Bolívia para obter produtos básicos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/16/fugindo-da-inflacao-argentinos-cruzam-fronteira-com-a-bolivia-para-obter-produtos-basicos>

A crise econômica na Argentina, caracterizada principalmente por uma inflação que já era alta no último ano do mandato de Alberto Fernández (2019-2023), mas que se agravou muito mais após o início do governo de Javier Milei, em dezembro passado, tem gerado situações peculiares, como a que acontece na cidade de Salvador Mazza, no extremo norte do país.

A localidade, que possui cerca de 100 mil habitantes, fica na província de Salta e está próxima à fronteira com a Bolívia e às cidades de Pocitos e Yacuiba, já no país vizinho.

Segundo reportagem de Claudia Ferreyra para o jornal Página/12, publicada nesta quinta-feira (15/02) desde a disparada da inflação com Milei a região passou a observar um fenômeno, já que tem crescido o número de argentinos que cruzam diariamente a fronteira entre os dois países, em viagens de poucas horas, apenas para comprar itens de primeira necessidade e fugir da inflação observada em seu próprio território.

Além de apresentar diferentes histórias de moradores da região que buscam produtos com melhores preços, a reportagem também mostra a preocupação dos representantes da Câmara de Comércio da cidade argentina.

Manuel Pieve, líder da associação que reúne cerca de 1,5 mil donos de estabelecimentos de Salvador Mazza, reclama que entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, a cidade registrou uma queda de 50% no comércio.

A matéria afirma que entre os produtos mais buscados em território boliviano estão arroz, açúcar, óleos, medicamentos e outros itens de necessidade básica. Ainda assim, a matéria indica que alguns comerciantes continuam defendendo o governo de Milei, e consideram que a situação atual é fruto de um fenômeno cíclico.

“Tudo é muito complicado, por isso pedimos principalmente aos pequenos e médios (comerciantes), um pouco de paciência, porque não temos outra saída, a não ser esperar que as tendências voltem ao normal”, comentou Pieve.

A reportagem também aborda o fato de que até o século passado a região vivia o mesmo fenômeno ao contrário: os bolivianos cruzavam a fronteira para comprar, na cidade de Salvador Mezza, produtos que em seu país eram escassos ou sofriam com frequentes aumentos de preço.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 19/02/2024**

Título: Governo e oposição se reúnem para discutir calendário eleitoral na Venezuela

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/19/governo-e-oposicao-se-reunem-para-discutir-calendario-eleitoral-na-venezuela>

Representantes do governo e da oposição se reuniram nesta segunda-feira (19) para discutir propostas de calendário eleitoral para a Venezuela em 2024. O encontro foi mais um da série de debates abertos pelo governo no começo de fevereiro em uma mesa de diálogos com partidos políticos venezuelanos.

Na reunião, o grupo de oposição Plataforma Unitária Democrática (PUD) apresentou uma proposta de calendário eleitoral. Segundo o presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, o texto ficou “muito parecido” com as outras propostas que já estão sendo discutidas.

Ainda de acordo o presidente da Casa, já há um projeto unificado depois de ter feito reuniões com 42 partidos políticos, representantes da Federação de Câmaras e

Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecámaras) e com lideranças dos setores educativo e religioso. Ele disse que foram feitas reuniões com “100% das organizações políticas e com todos os setores de oposição”.

A reunião foi mediada por um representante do governo da Noruega. Depois do encontro, Jorge Rodríguez anunciou que terá uma reunião às 19h (horário de Brasília) desta segunda-feira com os partidos para revisar o projeto que está sendo finalizado, antes de enviar ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Em seu discurso, Rodríguez confirmou que as eleições serão realizadas em 2024.

Em declaração depois do encontro, o chefe da delegação da Plataforma Unitária, Gerardo Blyde, disse que o governo precisa discutir com a “verdadeira oposição”, fazendo uma distinção entre seu grupo e o bloco de direita que ocupa assentos no Parlamento e se reúne na coalizão chamada Aliança Democrática.

Segundo ele, a reunião teve duas partes. Primeiro foi discutido o cumprimento do acordo de Barbados e em um segundo momento foi debatida a “escalada repressiva” no último mês. Ainda de acordo com Blyde, a Plataforma pediu que seja “respeitada a tradição democrática” e que o pleito seja realizado em dezembro para evitar que exista durante muitos meses os cargos de presidente constitucional e eleito. No entanto, o representante não quis revelar a data proposta pelo grupo.

A definição de um calendário eleitoral é uma das exigências do acordo firmado em Barbados entre o governo e a própria Plataforma Unitária. Segundo o documento, o pleito deve ser realizado no segundo semestre de 2024 e contará com missões de observação da União Europeia, do Centro Carter e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em resposta ao acordo, o governo dos Estados Unidos anunciou a retirada de uma série de sanções contra empresas venezuelanas dos setores de petróleo, gás e ouro. As medidas têm caráter temporário. A Casa Branca começou a negociar a retirada das sanções com Caracas depois de enfrentar problemas na demanda por combustíveis, mas exigiu um cronograma eleitoral para os alívios no bloqueio e ameaçou retomar sanções contra a indústria de petróleo e gás da Venezuela, caso eles não sejam cumpridos.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 20/02/2024**

Título: Senado aprova fim da “saidinha” de presos

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.abc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2024-02/senado-aprova-fim-da-saidinha-de-presos>

O Senado aprovou nesta terça-feira (20) o projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas, mas mantém a autorização para que detentos em regime semiaberto possam estudar fora da prisão. Como os senadores fizeram mudanças, a proposta será analisada novamente pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto em 2022.

A proposta foi aprovada por 62 votos favoráveis e dois contrários - dos senadores Cid Gomes (PSB-CE) e Rogério Carvalho (PT-SE).

A legislação atual prevê a saída temporária, conhecida como “saidinha”, para condenados no regime semiaberto. Eles podem deixar a prisão cinco vezes ao ano para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização.

Segundo o relator da proposta no Senado, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o projeto de lei aprovado hoje busca extinguir a saída temporária em vista dos recorrentes casos de presos detidos que cometem infrações penais durante o gozo desse benefício. “Ao permitir que presos ainda não reintegrados ao convívio social se beneficiem da saída temporária, o Poder Público coloca toda a população em risco”, argumentou.

A proposta aprovada também prevê a realização de exame criminológico para permitir a progressão de regime de condenados. De acordo com o texto, um apenado só terá direito ao benefício se “ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento e pelos resultados do exame criminológico”.

“O exame é uma junta médica em que um conjunto de médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais vai determinar de forma técnica a capacidade dessa pessoa ter direito a progressão de regime ou livramento condicional”, explicou o senador.

Por emenda apresentada pelo senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) na Comissão de Segurança Pública, fica permitida a saída de presos para frequência a curso profissionalizante, de ensino médio ou superior. Não se enquadram nessa permissão os presos que praticaram crime hediondo ou crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa.

O projeto estabelece regras para a monitoração de presos com o uso de tornozeleira eletrônica. Segundo a proposição, o juiz pode determinar a fiscalização eletrônica como requisito para o cumprimento de penas do regime aberto e semiaberto e de presos com restrição de circulação pública e para estabelecer o livramento condicional.

A legislação será chamada de “Lei Sargento PM Dias”, em homenagem ao policial militar de Minas Gerais que foi morto em janeiro deste ano durante uma perseguição na capital mineira. O autor do crime era um beneficiário da saída temporária.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), liberou a bancada do governo para votar. Segundo ele, não há ainda nenhuma posição firmada pelo governo sobre a possibilidade de vetar a proposta.

O líder do PT no senado, Fabiano Contarato (PT-ES), se manifestou favorável ao texto-base do projeto e também liberou a bancada para a votação. Ele disse ser contra a saída temporária de presos.

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil, em janeiro, avaliaram que a extinção do benefício não tem relação com a queda na criminalidade.

O então secretário Nacional de Políticas Penais (Senappen), Rafael Velasco, lembra que o cumprimento do benefício da saída temporária não é uma exclusividade do Brasil, que existe em todo o mundo, e que é absolutamente necessário para a retomada da vida fora da prisão após cumprimento da pena.

“É um benefício humanitário, ele serve para reintegração social progressiva do preso, serve dentro dos processos de ressocialização dele, uma aproximação tanto familiar quanto social”, ressalta o secretário.

A diretora-executiva do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Marina Dias, avalia que a saída temporária é extremamente importante para o processo de ressocialização, de retomada da vida daquela pessoa que está já cumprindo a pena, mas já está num processo

de término da pena, justamente para retomar os seus vínculos na comunidade e com seus familiares.

As pessoas encarceradas que têm direito à saída temporária são aquelas que estão no regime semiaberto, ou seja, que já podem deixar o presídio em algum momento para trabalhar, estudar ou para atividades que possam contribuir para sua reintegração social.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 21/02/2024**

Título: Grupo guerrilheiro ELN fala em 'crise aberta' nas negociações por paz; governo da Colômbia acusa guerrilha

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/21/grupo-guerrilheiro-eln-fala-em-crise-aberta-nas-negociacoes-por-paz-governo-da-colombia-acusa-guerrilha>

O grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN) disse na noite desta terça-feira (20) que as negociações por paz com o governo da Colômbia estão "congeladas". Em nota, afirmou que o processo está em "crise aberta" e convocou sua delegação para consultas.

O ELN afirma que o governo está desrespeitando os acordos de cessar-fogo firmados nas mesas de negociação por meio das Forças Armadas e da polícia. Ainda de acordo com o texto, o governo estaria negociando paralelamente "por fora do processo nacional" no Estado de Nariño. As negociações de paz oficiais envolvem o ELN, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Conferência Episcopal colombiana.

A delegação do governo nos diálogos de paz respondeu e publicou uma nota afirmando estar cumprindo com aquilo que foi negociado e que sempre esteve "disposta a encontrar saídas ante situações críticas".

O texto afirma também que as decisões tomadas "unilateralmente" são de "inteira responsabilidade" do grupo e que está nas mãos do ELN "aprofundar uma solução negociada". O governo acusa o grupo também de gerar uma "crise desnecessária".

Essa já é a segunda vez em duas semanas que o ELN denuncia violações dos acordos por parte do governo. A frente do ELN que atua no estado de Chocó, na região oeste da Colômbia, interrompeu o cessar-fogo assinado entre o grupo e o governo, em Cuba, durante 5 dias. A medida foi tomada pela Frente de Guerra Ocidental Omar Gómez e teve como justificativa um suposto acordo entre militares e paramilitares na região que, segundo o ELN, impede a "circulação de pessoas e alimentos", além de usar a população local como "escudo humano".

De fato, o governador de Nariño, Luiz Alfonso Escobar já havia anunciado que haveria negociações na região com um grupo armado, mas não especificou qual grupo se tratava: "Significa outra vitória que conquistamos como governo estadual. Uma coisa são os diálogos a nível nacional, outra coisa é regionalizar a paz".

A troca de notas entre as delegações do governo e do ELN foi feita depois de o ministro da Defesa da Colômbia, Iván Velásquez, assegurar o início do processo de libertação dos sequestrados por parte do ELN. O cessar-fogo acordado em Cuba entre o grupo guerrilheiro e o governo colombiano foi prorrogado até agosto. O ministro não especificou quantas

pessoas estão sequestradas pelo Exército de Libertação Nacional porque, segundo ele, há divergências nos números “oficiais”.

O diálogo permanente com os grupos armados é uma das políticas implementadas pelo presidente colombiano, Gustavo Petro, desde o início do seu mandato em 2022. O presidente transformou a Paz Total em uma política de Estado a partir da aprovação da lei 418, que firma o compromisso do Estado colombiano em manter contato para negociar o fim dos confrontos entre esses grupos.

As negociações com o ELN se somam a outras mesas de diálogos estabelecidas pelo governo. Até agora, o Estado conseguiu abrir diálogos com a Segunda Marquetalia e com o Estado Maior Central (EMC), dois grupos surgidos de dissidências das Forças Armadas Colombianas (Farc).

O ELN - grupo que lutava ao lado, mas não integrava as Farc - foi o primeiro a assinar um Acordo de Paz com o Estado colombiano em 2016, durante o governo de Juan Manuel Santos. Após o acordo, sete mil guerrilheiros ingressaram na vida civil, as Farc entregaram as armas e se transformaram no partido Força Alternativa Revolucionária do Comum.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 21/02/2024**

Título: Erika Hilton é a primeira líder trans em bancada no Congresso

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/erika-hilton-e-a-primeira-lider-trans-em-bancada-no-congresso/>

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) fez história hoje (21). Por unanimidade em votação em sua federação partidária, ela será líder da bancada PSOL-REDE na Câmara dos Deputados. Com esta conquista, Hilton se torna a primeira pessoa trans a assumir o cargo na Casa Legislativa. “Muito orgulhosa de ter sido indicada de maneira unânime como nova líder da bancada do PSOL-Rede na Câmara”, disse.

Erika compartilhou com entusiasmo a notícia em suas redes sociais, onde expressou sua satisfação com a nova responsabilidade. “Pela primeira vez na história uma mulher trans liderará uma bancada no Congresso e negociará de igual para igual com todos os líderes partidários, na defesa do projeto eleito em 2022 e na base do governo Lula”, completou Erika.

A eleição de Hilton ocorreu durante a primeira reunião da bancada de deputadas e deputados do PSOL e da Rede Sustentabilidade neste ano de 2024. A parlamentar assume agora o cargo anteriormente ocupado por Guilherme Boulos (PSOL-SP) e passa a liderar 14 deputados de ambos os partidos.

Boulos deixa seu cargo em um movimento prévio para poder disputar as eleições à prefeitura de São Paulo em outubro. “Feliz de passar o bastão para minha amiga e companheira aguerrida Erika Hilton! Sem dúvida alguma, fará um trabalho excelente à frente da nossa bancada”, disse. Erika é uma das parlamentares mais ativas na defesa de pautas populares no Congresso.

Erika Hilton ingressou em 2022 para o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, marcando sua trajetória como uma das primeiras parlamentares trans da história da Casa. Ao lado da deputada Duda Salabert (PDT-MG), Hilton quebra barreiras e fortalece a representatividade trans no cenário político nacional.

Antes de chegar à Câmara dos Deputados, Hilton obteve expressiva votação em 2020, tornando-se a vereadora mais votada do país em São Paulo, com 256.903 votos. Durante dois anos, ela presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, destacando-se por sua atuação comprometida com pautas sociais e de inclusão.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 22/02/2024**

Título: Suprema Corte da Colômbia adia escolha da nova procuradora em meio a protestos contra demora

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/22/suprema-corte-da-colombia-adia-escolha-da-nova-procuradora-em-meio-a-protestos-contrademora>

A Corte Suprema de Justiça da Colômbia adiou novamente a escolha da nova procuradora-geral da República nesta quinta-feira (22). Foram mais duas sessões realizadas durante o dia, mas os magistrados não chegaram a um consenso. Os magistrados voltam a debater em 7 de março.

A nova procuradora vai substituir Francisco Barbosa, que ocupava o cargo desde 2020, indicado pelo ex-presidente Iván Duque. O presidente Gustavo Petro indicou em agosto de 2023 uma lista tríplice com três mulheres para o cargo: Luz Adriana Camargo Garzón, Angela María Buitrago Ruiz e Amelia Pérez Parra. Foram necessárias quatro votações até a escolha, mas nenhuma candidata recebeu os 16 votos necessários para encerrar a disputa.

Na sessão desta quinta, Amelia Pérez recebeu 13 votos e ficou a 3 votos de ser eleita. Depois das duas sessões, o presidente da Corte, Gerson Chaverra, disse que houve “um avanço importante de votos, o que permite dizer que estamos próximos de um consenso”.

A escolha da nova procuradora envolve uma disputa que extrapola o calendário do Tribunal. Barbosa encabeça a investigação contra a Federação Colombiana de Educadores (Fecode) e a suspensão do ministro das Relações Exteriores, Álvaro Leyva. Esses dois episódios esquentaram uma relação que é tensa desde a eleição de Petro em 2022.

O mandato de Barbosa terminou em 12 de fevereiro. Desde então, o cargo está ocupado de forma provisória pela vice-procuradora Marta Mancera. Ela é próxima a Barbosa e foi investigada por supostamente proteger funcionários corruptos que trabalhavam no distrito de Buenaventura.

Mancera também é pivô da disputa entre Barbosa e Petro. Em entrevista à rádio Blu, o ex-chefe do MP disse que Petro sempre teve “ressalvas” em relação a sua vice e pediu a Barbosa a troca de Mancera do cargo.

Durante as sessões desta quinta, manifestantes ocuparam as ruas para protestar contra a demora na escolha, que já se arrasta por sete meses. Na última votação, em 8 de fevereiro, manifestantes interditaram a saída do estacionamento do Palácio da Justiça, sede do poder

Judiciário. Por isso, a prefeitura de Bogotá destacou 1.400 policiais para as manifestações desta quinta.

Os manifestantes marcharam ao redor da sede da Prefeitura de Bogotá e do Palácio da Justiça novamente. Não foram registrados incidentes no local. Os atos contestavam os votos em branco dos magistrados e pediam celeridade na escolha.

Além dos protestos internos, o escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos da Colômbia publicou uma nota na semana passada pedindo celeridade na escolha do novo procurador-geral. Em resposta, Petro afirmou que agora "não é só o povo, mas o mundo" está pedindo um novo procurador e completou: "se trata de cumprir a Constituição".

#### **DATA DA NOTÍCIA: 25/02/2024**

Título: Províncias argentinas ameaçam cortar fornecimento de petróleo e gás em disputa com Milei

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/25/provincias-argentinas-ameacam-cortar-fornecimento-de-petroleo-e-gas-em-disputa-com-milei>

As principais províncias produtoras de petróleo e gás da Argentina ameaçam cortar o fornecimento para o resto do país em poucos dias devido a uma disputa por recursos federais com o presidente Javier Milei, cujos severos ajustes fiscais provocam impactos nos gastos básicos dos governos locais.

"Na próxima quarta-feira, não sairá nem uma gota de petróleo se não respeitarem, de uma vez por todas, as províncias e não tirarem o pé de cima de nós", declarou, neste sábado (24), Ignacio Torres, governador de Chubut (sul), ao canal C5N.

Torres recebeu na sexta-feira (23) apoio dos colegas da Patagônia (Terra do Fogo, Santa Cruz, Río Negro, La Pampa e Neuquén) em sua rejeição à cobrança a Chubut de uma dívida reclamada pelo Estado nacional.

Os governadores da região sul concordaram, em uma reunião virtual no sábado, que seus distritos paralisarão a produção de petróleo e gás se Milei não revisar a decisão, informaram fontes provinciais à imprensa.

Em uma mensagem na rede social X (antigo Twitter), Milei, que estava a caminho dos Estados Unidos, chamou os governadores que apoiaram a reivindicação de Chubut de "degenerados fiscais", devido a um corte de 13,5 bilhões de pesos (80,2 milhões de reais) nos repasses mensais de fundos federais para o distrito.

"É um conflito sem precedentes em termos de magnitude. Há uma rebelião das províncias e uma interpretação equivocada por parte de Milei sobre o nível de conflito que o Estado nacional pode enfrentar com diferentes atores", disse o cientista político Artemio López à AFP.

A Argentina exporta petróleo (39° do mundo) e gás (20° do mundo) e importa combustível refinado para atender à demanda interna. No segundo trimestre de 2023, Chubut (21,5%) e Neuquén (51,5%) concentravam 75% da produção de petróleo.

Em 2022, a balança energética registrou um déficit de 12 bilhões de dólares (59,8 bilhões de reais), mas o governo estima um superávit de US\$ 3,3 bilhões (16,4 bilhões de reais) para 2024, devido à expansão do campo patagônico não convencional de 'Vaca Muerta' (Neuquén, Río Negro e La Pampa).

Chubut também recebeu o apoio de nove províncias administradas por aliados de centro-direita, cujos deputados frustraram este mês a aprovação da "Lei Ônibus", com a qual o presidente esperava adotar fortes cortes fiscais e reformas ultraliberais.

Segundo López, o presidente "está certo ao enfrentar o Congresso porque a opinião pública é muito crítica em relação ao Poder Legislativo. Mas não é a mesma coisa enfrentar os governadores. A maioria deles obteve uma porcentagem de votos maior do que ele na última eleição".

"Nacho e seus cúmplices", escreveu Milei no X, referindo-se a Torres e aos outros governadores, ao lembrá-los de um artigo do Código Penal que prevê até dois anos de prisão para quem impedir, atrapalhar ou dificultar o fornecimento de energia.

Na madrugada, em voo para Washington para participar neste sábado da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), da qual o ex-presidente americano Donald Trump também participará, o presidente fez centenas de referências ao conflito na rede X.

"Não se preocupe, Nachito, vamos resolver na Justiça", publicou Milei.

"Tomara que haja um canal de diálogo, o problema é que você não sabe com quem falar", respondeu Torres antes de se reunir com seus contrapartes patagônicos para acordar "ações conjuntas"

O ministro da Economia, Luis Caputo, argumentou no X que o corte de fundos foi motivado pela cobrança pelo governo de uma dívida não paga de Chubut no valor de 119 bilhões de pesos (667 milhões de reais), uma situação que pode se repetir com outras 10 províncias.

O governo explicou que, de acordo com o regime do Fundo Fiduciário de Desenvolvimento Provincial, criado em 1995, deveria descontar de Chubut uma parte da dívida que o distrito mantinha.

"Não cumprir com os acordos entre a Nação e as províncias não afeta os governadores, mas sim os 50 milhões de argentinos que vivem nas 24 jurisdições do país", afirmaram os governadores não patagônicos que apoiaram o ultimato de Chubut, qualificado pelo governo como "ameaça chavista".

As províncias cobrem de 26% (Cidade de Buenos Aires) a mais de 90% (La Rioja e Formosa) de suas despesas com os fundos de coparticipação, estabelecidos em 1988, de acordo com o centro de estudos CEPA.

A disputa de Milei com os governadores eclode uma semana antes da abertura das sessões ordinárias do Congresso, em 1º de março, e em meio a um clima de crescentes protestos devido ao aumento de preços e tarifas de serviços públicos, além dos cortes na assistência aos refeitórios comunitários.

Desde dezembro, Milei implementou amplas desregulamentações e ajustes como parte de seu plano ultraliberal para combater uma pobreza que já ultrapassou os 50% e uma inflação de mais de 250% ao ano.

## **DATA DA NOTÍCIA: 26/02/2024**

Título: Petro diz que secretário da Chancelaria 'traiu' governo e acirra crise com MP na Colômbia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/26/petro-diz-que-secretario-da-chancelaria-traiu-governo-e-acirra-crise-com-mp-na-colombia>

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, demitiu nesta segunda-feira (26) o secretário do Ministério das Relações Exteriores, José Antonio Salazar. A justificativa foi a assinatura de um novo contrato para a empresa Thomas Greg & Sons prestar o serviço de emissão de passaportes.

A crise interna é mais um capítulo de tensão entre Ministério Público e governo e começou com a saída do ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Álvaro Leyva. Ele está suspenso do cargo por três meses depois de o MP abrir investigação por ter "excedido suas funções" ao cancelar a disputa para escolher a empresa que emitiria os passaportes colombianos no ano passado.

Nesta segunda, o secretário Salazar assinou um contrato com a empresa Thomas Greg & Sons por 599 bilhões de pesos colombianos (aproximadamente US\$ 151 milhões) para a prestação do serviço. Além disso, ele revogou a decisão do ex-ministro de Leyva, de cancelar a licitação. Tudo isso enquanto o atual chanceler, Luis Gilberto Murillo, está em Genebra, na Suíça.

Em sua rede social, Petro disse que o novo contrato é "corrupto" e pediu a abertura de uma investigação sobre o caso. "O secretário-geral da Chancelaria nos traiu. Sua imediata não subsistência está assinada. O contrato é corrupto e aqui a capacidade da empresa privada está envolvida em todos os processos da Thomas Greg & Sons e na monopolização de todos os dados privados numa única empresa privada. Toda a investigação criminal deve ser desenvolvida", afirmou.

Salazar, que era o responsável pelo processo, disse que entende a ideia de Petro de ter várias empresas em uma disputa pública, mas que a lei colombiana permite um processo com só uma empresa no certame. "Esta não é uma decisão arbitrária, nem unilateral, é fruto de uma licitação que foi realizada no ano passado e que foi avaliada por uma comissão técnica formada por profissionais, advogados especialistas e economistas. Só pode me desviar daquela recomendação feita pela comissão de avaliação através de um ato motivado, e não havia motivo para me afastar", afirmou o secretário.

As críticas de Petro à empresa não se dão somente pela falta de concorrentes no processo licitatório. O presidente também se mostrou preocupado pela rede de atuação da empresa. Em 2019, o chefe do Executivo colombiano havia criticado a atuação política da Thomas Greg & Sons por ser proprietária de "software de computação de dados cadastrais, um software permeável a fraudes".

A empresa já é responsável pela emissão de passaportes e pela organização da logística das eleições no país desde 2010. O presidente da Colômbia chegou a afirmar, em 2019, que é a empresa "quem nomeia os presidentes do país".

A saída do ministro Leyva foi criticada pelo presidente colombiano. Petro disse que ela não tem base legal. “É o presidente que nomeia e é o presidente que suspende”, afirmou. A medida é mais um capítulo na conflituosa relação entre o Executivo e o Judiciário colombiano. Gustavo Petro já acusou mais de uma vez o Ministério Público do país de tentar derrubar seu governo “pelas vias judiciais” e pediu que a população se mobilize em defesa de seu mandato.

A crise entre o Executivo e o MP tem como atores centrais o presidente Gustavo Petro e o procurador-geral da República, Francisco Barbosa. O presidente já disse publicamente que o chefe do MP quer dar um golpe de Estado no país.

Atritos também ocorreram em agosto, no debate sobre a sucessão de Barbosa. O mandato do procurador terminou em 12 de fevereiro e o presidente Petro apresentou a sua lista tríplice ao Supremo Tribunal de Justiça em agosto de 2023. Para ser empossado, o novo chefe do MP precisa receber ao menos 16 votos dos 23 magistrados que compõem a Corte. A votação se alongou e os ministros ainda não chegaram a um consenso sobre o novo nome.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 27/02/2024**

Título: Há 35 anos, 'Caracazo' era ponto de virada na política da Venezuela

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/27/ha-35-anos-caracazo-era-ponto-de-virada-na-politica-da-venezuela>

Em 27 de fevereiro de 1989, atos de rua deixaram marcas profundas que transformaram a política venezuelana. O chamado "Caracazo" foi tão expressivo para a Venezuela que moldou a forma como a população via os movimentos de rua e gerou lideranças que, mais tarde, se tornaram importantes agentes políticos do país.

Em 1989 chegava ao fim a chamada década perdida para os países latino-americanos. Dívidas públicas altas e uma recessão econômica marcaram a última etapa dos anos 1980 para a América do Sul. Neste contexto, a Venezuela elegeu Carlos Andrés Pérez como um nem tão novo presidente. Ele já tinha comandado o país de 1974 a 1979 em uma época de forte crescimento econômico a partir da economia petroleira e prometeu retomar o período que ficou marcado como “Venezuela saudita”. No entanto, Perez implementa uma liberalização na economia a partir de um memorando assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No dia 25 de fevereiro de 1989, o governo assina o documento com o Fundo para a liberação de US\$ 4,5 bilhões (R\$ 22 bilhões) em empréstimo. Em contrapartida, promoveria um pacote que incluía a desvalorização da moeda venezuelana, o bolívar, redução do gasto público e do crédito, aumento nos itens de primeira necessidade e um reajuste que dobraria o preço da gasolina. O problema é que nada disso havia sido mencionado para a população durante a campanha eleitoral.

Dois dias depois, em 27 de fevereiro, as manifestações começaram bem cedo, antes das 6h da manhã dispersas por Caracas e cidades vizinhas como La Guaira, Catia La Mar e Guarenas. O que, a princípio, se caracterizava como uma revolta contra o aumento dos

preços das passagens ganhou proporção nacional e passou a ser um protesto contundente contra a política de Perez.

A polícia reprimiu e os atos foram ganhando proporções cada vez maiores. No dia seguinte, o presidente anunciou em cadeia de televisão nacional, toque de recolher e a suspensão das garantias constitucionais. Com isso, a repressão aumentou violentamente.

Segundo o professor de história da Universidade Central da Venezuela Lionel Muñoz Paz, mesmo que o governo de Perez tenha ficado no poder até 1993, o Caracazo foi um “ponto de inflexão” na história do país. “Pode se falar de uma Venezuela antes e uma Venezuela depois do Caracazo. Foi uma convulsão social resultante da confluência de vários fatores críticos. Estou falando da descrença das pessoas comuns nas instituições políticas”, disse ao Brasil de Fato.

O nome "Caracazo" veio do nome da capital, Caracas, e foi inspirado em grandes protestos que haviam acontecido na capital colombiana, Bogotá, conhecidos como "Bogotazo". Ao todo, organizações sociais e familiares de vítimas contabilizaram 396 mortes a partir dos confrontos daqueles dias.

A maneira como se desenvolveu o "Caracazo" mudou a percepção da população sobre a forma de fazer política e colocou em xeque o sistema democrático representativo. Segundo o historiador Carlos Franco Gil, passam a surgir novos atores políticos e novos grupos políticos, tanto à esquerda como à direita.

“O 'Caracazo' foi um movimento exponencial. Surgiram outras formas de fazer política a partir das organizações sociais populares. Há um esgotamento do que é capacidade da cidadania de incidir no sistema político. O 'Caracazo' também é uma forma que a sociedade se mostrou para estar presente em um sistema que dava poucas oportunidades de participação. Havia poucas formas de exercer a democracia de forma direta e participativa”, disse.

Além da crítica para o sistema que estava vigente, o "Caracazo" expôs uma cobertura midiática que tinha interesses políticos e também sedimentou as bases para o surgimento de novas lideranças, especialmente o ex-presidente Hugo Chávez.

“Foi uma convulsão social que abriu caminho para o surgimento de uma nova Venezuela com líderes que depois souberam expressar as aspirações daquele país que convulsionou em 27 de fevereiro de 1989. E essa decepção de o povo encontrará expressão numa liderança que emergiu do coração dos quartéis em 4 de fevereiro de 1992. Estou falando do presidente Chávez”, afirmou Lionel Muñoz Paz.

Os 35 anos do movimento foram celebrados pelo presidente Nicolás Maduro. Em seu perfil na rede social X, o chefe do Executivo disse que o movimento foi uma "rebelião popular sem precedentes". “[A manifestação foi] levada a cabo pelo corajoso povo venezuelano que se levantou aos milhares em protesto contra a falsa democracia que os mergulhou em miséria e desesperança”, disse.

**DATA DA NOTÍCIA: 28/02/2024**

Título: Lula vai à Guiana para mediar disputa com Venezuela por Essequibo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/28/lula-vai-a-guiana-para-mediatar-disputa-com-venezuela-por-essequibo>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega nesta quarta-feira (28) à Georgetown, capital da Guiana, para participar da 46ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom) em viagem que tem como objetivo maior mediar a crise entre Venezuela e Guiana que disputam o território de Essequibo. Ele é um dos convidados especiais, já que o Brasil não é membro do Caricom, e deve discursar durante o encerramento do evento.

A cúpula começou em 25 de fevereiro e termina nesta quarta. Lula embarcou para o país vizinho durante a manhã. Além de participar da sessão da Cúpula, ele também terá um encontro bilateral com a primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley e uma reunião com o presidente da Guiana, Irfaan Ali, e com o presidente do Suriname, Chan Santokhi.

Os debates na cúpula giram em torno de assuntos financeiros, segurança regional e fronteiras –um dos assuntos que deve ser abordado por Lula. A disputa em torno da região de Essequibo é uma das questões que o presidente terá que equilibrar no diálogo com Irfaan Ali. Os debates pelo território na fronteira que possui 160 mil km<sup>2</sup> e reservas de petróleo vem desde o século 19, mas voltou à tona com força no debate regional depois que o presidente da Venezuela Nicolás Maduro realizou um referendo para ouvir a opinião dos venezuelanos sobre a região.

O presidente já se mostrou preocupado com a possibilidade de uma “guerra” na América do Sul em torno da disputa pela região. Além da tensão por Essequibo, Lula deve conversar com Irfaan Ali também sobre meio ambiente e a presença militar dos Estados Unidos na Guiana. Os dois países negociam a abertura de uma base militar estadunidense no território guianês.

No encerramento do evento, Lula deverá discursar sobre os assuntos que serão debatidos pelo Brasil no G20, além de fome e insegurança alimentar.

Ele já havia participado da Conferência em 2005 também como convidado. Naquele ano, a reunião foi realizada em Paramaribo, capital do Suriname. Na ocasião, Lula falou sobre a importância de estreitar a relação do Mercosul com outros países da América do Sul e defendeu um acordo de livre-comércio entre o bloco e a Comunidade do Caribe.

A Caricom foi criada em 1973 e tem sede em Georgetown. Ao todo, o bloco tem 15 integrantes e outros 5 associados. O objetivo é fortalecer a integração tanto econômica na região, quanto política e de segurança.

Depois da Caricom, Lula embarca para São Vicente e Granadinas para participar da abertura da 8ª Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que será na capital Kingstown.

Lá, é esperado que ele tenha uma reunião bilateral com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro para tratar de Essequibo, mas também sobre as eleições na Venezuela e o cumprimento do acordo de Barbados.

O Brasil foi um dos fundadores do grupo em 2011, mas deixou a Celac durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Assim que assumiu a presidência, Lula fez questões de voltar ao bloco.

## **DATA DA NOTÍCIA: 28/02/2024**

Título: Parlamento da Venezuela finaliza documento com 27 datas possíveis para eleições presidenciais

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/28/parlamento-da-venezuela-finaliza-documento-com-27-datas-possiveis-para-eleicoes-presidenciais>

A Assembleia Nacional da Venezuela terminou nesta quarta-feira (28) o documento com 27 propostas de datas para as eleições de 2024. Segundo o presidente da Casa, Jorge Rodríguez, o texto foi assinado por 152 pessoas, sendo especialistas, políticos de diferentes partidos e representantes de vários setores da sociedade e será entregue para o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) na sexta-feira.

Ainda de acordo com o deputado, o resultado das nove grandes reuniões da mesa de diálogo resultaram em 500 propostas e um texto de “consenso nacional”. O órgão eleitoral venezuelano será responsável por escolher a data do pleito e definir o calendário. No entanto, os deputados não divulgaram quais são as datas propostas no documento.

Em seu discurso, Rodríguez pediu “imparcialidade” dos observadores e disse que o sistema eleitoral automatizado venezuelano é um dos mais “eficazes” do mundo. Ele também disse que o documento faz parte do desenvolvimento do acordo de Barbados, assinado em outubro de 2023. No acordo, governo e um setor da oposição concordaram que o pleito deve ser realizado no segundo semestre de 2024 e contará com missões de observação da União Europeia, do Centro Carter e da Organização das Nações Unidas (ONU).

A mesa de diálogos, no entanto, será mantida para discutir também as eleições regionais de 2025. O presidente da Casa ressaltou também a abrangência do texto.

“O documento tem todas as garantias eleitorais, propostas que vão desde auditorias extensas, auditorias ao registro eleitoral, ao sistema eleitoral, ao material eleitoral, às urnas, zero minutos no início da eleição, auditorias quentes durante o processo, e as auditorias incluíram verificação manual de 55% das tabelas”, explicou Rodríguez.

O deputado afirmou também que haverá uma campanha de Registro Eleitoral para as pessoas que não estão inscritas no CNE ficarem aptas a votar ainda em 2024.

A mesa de diálogos foi aberta em 5 de fevereiro. Durante 23 dias, partidos políticos, especialistas e integrantes do Conselho Nacional Eleitoral discutiram e apresentaram propostas para um calendário eleitoral e os procedimentos para o pleito deste ano.

## **DATA DA NOTÍCIA: 29/02/2024**

Título: Na Guiana, Lula fala em paz regional e tenta consolidar papel de mediador na disputa por Essequibo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/29/na-guiana-lula-fala-em-paz-regional-e-tenta-con-solidar-papel-de-mediador-na-disputa-por-essequibo>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira (29) que a América do Sul é um território de paz e que vai agradecer pessoalmente o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, por participar das conversas entre Venezuela e Guiana na disputa por Essequibo.

Ao dizer que o Brasil quer jogar o jogo da paz na América do Sul, Lula traçou um paralelo com outros dois conflitos que estão acontecendo no mundo. “Todo mundo sabe que o Brasil é contra a guerra na Ucrânia, contra o que acontece em Gaza, da mesma forma que fomos contra o ataque terrorista do Hamas e que o Brasil não quer contencioso com nenhum país do mundo. O Brasil quer prosperidade”, afirmou o presidente.

Ele também disse esperar que a reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) nos próximos dias seja marcada pela “paz e amor” e não pelo “ódio”. Lula participa da abertura da cúpula nesta sexta e deve ter um encontro com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

O discurso de Lula foi feito em Georgetown, capital da Guiana, depois de uma reunião bilateral com o presidente guianês, Irfaan Ali, e marcou também um dos grandes objetivos de sua gestão: retomar a liderança da região. Para especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato, parte fundamental dessa estratégia também está no protagonismo do Brasil como mediador da relação entre o governo guianês e venezuelano.

Para o professor de Relações Internacionais da UnB Thiago Galvão, o Brasil sempre teve uma diplomacia baseada no pacifismo e no diálogo, e por ser um ator internacional importante, tenta levar isso para os conflitos globais.

“O Brasil tentou exercer a mediação na guerra da Ucrânia, na faixa de Gaza, mas quanto mais próximo territorialmente, mais fácil é para o governo exercer essa capacidade. O Brasil vai ocupar um vácuo de possibilidades nesses diálogos, já que poucos países com o peso do Brasil exercem isso no caso da Venezuela e Guiana. Quando o Lula vai diretamente tratar desses assuntos, ele vai demonstrar que nós estamos tentando mediar as questões da região”, afirmou ao Brasil de Fato.

Segundo a internacionalista e professora de História da Universidade Central de Venezuela, Patrícia Méndez, Lula inspira segurança para venezuelanos e guianeses para fazer essa mediação pelo caráter “objetivo”.

“Lula é visto como um mediador objetivo. Essa postura equilibrada do Brasil é o que permite facilitar essa mediação. O convite da Guiana dá ferramentas para Lula exercer esse papel de mediador em alto nível, nível executivo, conversando com Nicolás Maduro e Irfaan Ali. Não é pouca coisa que o presidente assuma essa intermediação”, explica.

O professor Galvão afirma que o Brasil tem uma “memória institucional” que permite uma mediação objetiva e pacífica dos conflitos e que tem uma preocupação com a paz no continente.

Em sua fala, o brasileiro reforçou que sua viagem à Guiana foi para retomar as relações com os países da América do Sul e Caribe que, segundo ele, foram deixadas de lado depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

De acordo com Méndez, a própria mediação da questão de Essequibo e os diálogos com o governo venezuelano ajudam nessa objetivo. “A proximidade histórica do governo da Venezuela com o Brasil não muda o jogo dessa mediação. Ajuda que o Brasil mantenha a

posição de evitar a entrada de potências estrangeiras e a desestabilização da região”, disse.

O crescimento da Guiana é um dos motivos para essa aproximação. Em 2020, o país registrou um PIB de 5,5 bilhões. Três anos depois, o país fechou 2023 com um PIB corrente de US\$ 16,3 bilhões. A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2026 é que esse valor chegue a US\$ 27,9 em 1 ano. Essas perspectivas cresceram por conta da descoberta de jazidas de petróleo no país nos últimos anos. Por conta disso, uma das preocupações do Brasil é o interesse de potências estrangeiras no petróleo da Guiana.

“O crescimento da Guiana aproxima a Guiana do Brasil e é importante para a região caribenha. Outras potências buscam uma participação e uma influência na região, mas é bom que seja o Brasil de Lula que assuma esse protagonismo”, disse Méndez.

Os presidentes de Brasil e Guiana disseram que um dos focos das conversas foram parcerias econômicas e de infraestrutura. Segundo Thiago Galvão, essa preocupação econômica ajuda a consolidar o Brasil como o líder regional.

“Uma das questões que Lula trabalha é a responsabilidade com os países da região e dentro disso, afastar a interferência dos Estados Unidos, que querem petróleo, da China, que quer expandir sua participação nas economias da região, e da Rússia, que tem laços históricos com a Venezuela. Mas também França, Holanda, países ibéricos, que também tem uma história de influência no Caribe e no norte da América do Sul”, afirmou.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 29/02/2024**

Título: Após acusar governo de violar cessar-fogo, ELN volta aos diálogos e liberta reféns na Colômbia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/29/apos-acusar-governo-de-violar-cessar-fogo-eln-volta-aos-dialogos-e-liberta-refens-na-colombia>

O Exército de Libertação Nacional (ELN) anunciou na noite desta quarta-feira (28) a libertação de 26 reféns. A medida é parte do acordo firmado entre o grupo e o governo da Colômbia durante o último ciclo do diálogo de paz, realizado em Havana, Cuba.

Segundo a delegação do governo, a lista com os 26 nomes foi entregue ao grupo armado colombiano durante o 5º ciclo de diálogos de paz realizado no México em 2023. Os sequestrados foram levantados pelo Mecanismo de Monitoramento e Verificação, um órgão técnico estabelecido pela mesa para fazer o levantamento de colombianos sequestrados.

O anúncio foi feito depois de uma crise nas conversas entre o governo da Colômbia e o ELN, após a guerrilha acusar militares colombianos e paramilitares de violarem o cessar-fogo.

Em entrevista à Agência Efe, a negociadora de paz Vera Grabe disse que o ELN “cumpriu os acordos” e que essa era uma das condições para prorrogar o cessar-fogo bilateral. O cessar-fogo entre governo e ELN foi prorrogado até agosto depois do ciclo de negociações de Cuba.

Ainda de acordo com Grabe, uma suspensão dos sequestros não é suficiente. Segundo ela, seria necessário o fim da prática chamada de “retenções com fins econômicos”. De acordo com o jornal colombiano El Tiempo, os últimos reféns foram libertados durante a última semana.

A delegação do grupo armado disse que vai retomar os diálogos com o governo a partir de 8 de abril. As negociações com o governo da Colômbia estavam congeladas desde 20 de fevereiro. O grupo afirmava que o processo estava em “crise aberta” e chegou a convocar sua delegação para consultas.

Em nota, o ELN afirmou que vai continuar com o que foi acordado no último ciclo de debates em Cuba e que vai preparar para o próximo ciclo de debates que está previsto para ocorrer na Venezuela. Ainda assim, a delegação manteve a convocação para as consultas internas no grupo.

A pausa nos diálogos começou quando o ELN denunciou violações dos acordos por parte do governo. A frente do grupo armado que atua no estado de Chocó, na região oeste da Colômbia, interrompeu o cessar-fogo assinado entre o grupo e o governo, em Cuba, durante 5 dias. A medida foi tomada pela Frente de Guerra Ocidental Omar Gómez e teve como justificativa um suposto acordo entre militares e paramilitares na região que, segundo o ELN, impede a "circulação de pessoas e alimentos", além de usar a população local como "escudo humano".

O ELN foi criado em 1964 sob inspiração da Revolução Cubana e da Teologia da Libertação. Tem presença em duzentos municípios, com cerca de 2,3 mil guerrilheiros, com maior concentração nos departamentos de Arauca, Cauca, Chocó, Nariño, Catatumbo e Antioquia, segundo a Fundação Paz e Reconciliação (Pares).

### **DATA DA NOTÍCIA: 29/02/2023**

Título: Desemprego fica estável em janeiro e ainda atinge 7,6% dos trabalhadores

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/29/desemprego-fica-estavel-em-janeiro-e-ainda-atinge-7-6-dos-trabalhadores>

A taxa de desemprego ficou estável no trimestre encerrado em janeiro na comparação com o índice registrado entre agosto e outubro de 2023. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 7,6% dos trabalhadores do país estavam e seguem desocupados.

Em um ano, entretanto, o desemprego caiu. No trimestre encerrado em janeiro de 2023, ele era de 8,4% –ou seja, 0,8 ponto percentual mais alto.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (29) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Segundo o levantamento, 8,3 milhões de trabalhadores estavam desempregados no Brasil no final de janeiro. O número é quase o mesmo registrado três meses atrás e 7,8% menor do que há um ano, quando somavam 9 milhões. São 703 mil desempregados a menos no país.

Já a população ocupada é de 100,5 milhões. Ela cresceu 0,4% no trimestre – 387 mil pessoas conseguiram trabalho – e 2% no ano – mais 1,9 milhões de empregados.

O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) ficou em 57,3% no trimestre encerrado em janeiro, sem mudança significativa frente ao trimestre móvel anterior (57,2%) e subindo 0,6 ponto percentual ante o mesmo trimestre móvel de 2023 (56,7%).

A taxa composta de subutilização (percentual de trabalhadores que gostariam de trabalhar mais horas) e a população subutilizada (número total) ficaram estáveis de um trimestre para o outro: 17,6% e 5,3 milhões, respectivamente.

Também não mudou a população desalentada, que desistiu de procurar trabalho: 3,6 milhões.

O rendimento dos trabalhadores cresceu 1,6% no trimestre: passou de R\$ 3.031 para R\$ 3.078. Isso é 3,8% maior do que há um ano, quando o rendimento era de R\$ 2.956.

A massa de rendimento real habitual (R\$ 305,1 bilhões) atingiu novo recorde da série histórica iniciada em 2012, crescendo 2,1% (mais R\$ 6,3 bilhões) frente ao trimestre anterior e subindo 6,0% (mais R\$ 17,4 bilhões) na comparação anual.